



Resenha *MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE* – Ano 25 – nº 96 – Setembro 2014

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – www.csem.org.br

Por uma compreensão mais ampla das migrações forçadas

PORTUGUÊS	3
Vivendo longe de casa: pesquisa mostra dificuldades de idosos refugiados no Brasil	3
Refugiados africanos tentam nova vida no Brasil	4
América Latina lidera a proteção e a busca de soluções para populações deslocadas.....	6
Refúgio: quando migrar vira questão de sobrevivência	7
Violência rouba infância das crianças imigrantes que buscam um futuro melhor	8
Os Refugiados climáticos ficarão sem status legal.....	9
ENGLISH	10
U.N. Reports Sharp Increase in Refugees as Civil Wars Cripple Nations	10
Spain: A Precarious Gateway to Europe for Syrian Refugees	12
Haitian Migrants Turn Toward Brazil	13
The Age of Survival Migration	15
Thousands of Migrants Forced to Leave Israel, Rights Group Says	17
Insecurity, drought and lack of livelihoods force 130,000 to flee homes in Somalia	18
ESPAÑOL.....	19
Empresas en Costa Rica son reconocidas por buenas prácticas de integración de personas refugiadas.....	19
Los niños, la cara más dolorosa de Migración Centroamericana a EU.....	21
El número de refugiados sirios supera ya los 3 millones	22
El desplazamiento invisible.....	24
La crisis de la migración forzada desde América Central.....	26
Familias desplazadas piden justicia y condiciones para retornar a su tierra.....	28
ITALIANO	29
Profughi. Il Papa: "Non rincorrere emergenze, è un fenomeno epocale"	29
Rifugiati, non oggetti di assistenza, ma soggetti di diritto.....	30
Papa Francesco: Tema Giornata della Pace "Non più schiavi, ma fratelli".....	31
Immigrazione: richiedere asilo? E' una questione di fortuna	31
Eco-profughi, il dramma dei popoli in fuga.....	32
La fine di Mare Nostrum: una sconfitta per il diritto d'asilo.....	34

EDITORIAL

A mobilidade humana no atual contexto de globalização, especialmente no que se refere à migração internacional, é marcada por uma maior diversificação dos fluxos e dos tipos de migrantes (migrantes laborais, qualificados ou não, estudantes, solicitantes de refúgio e refugiados). Tudo isso configura um quadro complexo e de múltiplas variáveis – sociais, culturais, psicológicas, econômicas, jurídicas, etc. – que fica evidente quando analisamos as *migrações forçadas*.

Algumas dessas realidades encontram-se contempladas nesta Resenha, tais como os conflitos na Síria, Iraque e África, a realidade das crianças migrantes na América Central, a chegada de migrantes haitianos e refugiados africanos no Brasil, entre outros. Todos esses casos evidenciam situações de vulnerabilidade às quais os migrantes forçados ficam expostos e também ressaltam o risco de se cair em falsas redes de proteção, o que pode levar a graves situações de exploração. Isso traz novas demandas para os governos e para as organizações da sociedade civil, as quais têm atuado de forma a tentar suprir a lacuna deixada pela ausência de um amparo institucional consolidado que atue na defesa dos direitos humanos das pessoas em mobilidade.

Segundo o Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR), a cada minuto, oito pessoas são obrigadas a abandonar tudo o que possuem por conta de perseguições diversas ou conflitos armados. A entidade alerta que a cifra de 51 milhões de pessoas em situação de refúgio é a maior desde a Segunda Guerra Mundial.

Esse número poderia ser ainda maior se adotarmos como referência a orientação presente na Declaração de Cartagena de 1984, onde o entendimento sobre a definição de refúgio é mais amplo e por isso abarca os deslocamentos induzidos por razões econômicas imperiosas, pobreza, violação generalizada de direitos, fome e desastres naturais como motivações para as migrações forçadas, uma vez que tais causas impedem ou condicionam o regresso à terra de origem.

A definição válida para a maior parte dos países, atualmente, é aquela presente na Convenção da ONU de 1951, onde se define o refugiado como aquela pessoa que temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas busca outros países para recomeçar a vida. A referida Convenção não contempla as diversas situações atuais que se referem ao deslocamento forçado e acaba por reforçar a situação de vulnerabilidade que muitos migrantes e refugiados se encontram.

Um exemplo disso é a problemática dos “refugiados ambientais”, uma vez que os acordos internacionais vigentes não reconhecem as razões ambientais ou por fenômenos naturais como causas válidas e suficientes para iniciar o trâmite de refúgio, uma vez que não se encontram caracterizados na Convenção de 1951.

Nesse sentido, o cenário atual implica que, não raras vezes, diversos tipos de motivações - econômicas, devido às mudanças ambientais ou em virtude de situações de exploração e violações de direitos, como no caso do tráfico humano – desencadeiam o deslocamento de pessoas. Nesse sentido, as migrações forçadas também podem se confundir com fluxos mistos e estabelece um quadro complexo que exige grande engajamento dos países para atender às novas demandas das pessoas em mobilidade e dar respostas que vão de encontro com suas necessidades materiais, de integração e de acolhida, dentro de uma perspectiva de respeito aos direitos humanos, especialmente o de migrar.

Referências:

AYDOS, Mariana Recena. *Uma abordagem conceitual a partir da imigração de angolanos para os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, Brasil (1970-2006)*. Dissertação de mestrado. Campinas, 2010.

MILESI, Rosita. *Refugiados e Migrações Forçadas: Uma reflexão aos 20 anos da Declaração de Cartagena*. Disponível em: http://www.migrante.org.br/refugiados_e_migracoesforçadas16jun05b.htm - consulta em: 16/09/2014.

PORTUGUÊS

Vivendo longe de casa: pesquisa mostra dificuldades de idosos refugiados no Brasil

Gabriela Malta Felix

Será que existem muitos refugiados vivendo no Brasil? Não só existem, como o país é conhecido pelo pioneirismo e liderança na proteção de refugiados estrangeiros. Fomos a primeira nação do Cone Sul a ratificar o Estatuto dos Refugiados, e uma das primeiras a integrar o Comitê Executivo da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR). Até 2012, de acordo com o Ministério da Justiça, eram cerca de 4600 refugiados reconhecidos no país, originários de 70 nacionalidades diferentes.

A professora da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP, Bibiana Graeff, está desenvolvendo uma pesquisa que investiga se os direitos dos refugiados idosos que vivem no Brasil estão sendo aplicados. A faixa etária do estudo não foi escolhida ao acaso: juntamente com mulheres e crianças refugiadas, idosos fazem parte do grupo em situação de vulnerabilidade, ainda mais frágeis e que precisam ter suas necessidades especiais identificadas.

Pelo estatuto dos Refugiados no Brasil, define-se como refugiado aquele que, devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontra-se fora de seu país e que não pode ou não quer se acolher à proteção de tal país. Também é considerado refugiado aquele que, devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país para buscar refúgio em outro.

O que a pesquisadora quer saber é se os idosos estão tendo acesso não apenas aos direitos de liberdade (opinião, religião, o de “ir e vir”), mas também direito ao trabalho, acesso à saúde e à educação. A pesquisa tem natureza bibliográfica, com base em documentação jurídica e da área de Gerontologia, mas utiliza também a técnica de estudo de caso, através de entrevistas com refugiados idosos e agentes de organizações que protegem o refugiado no Brasil. A próxima etapa da pesquisa, segundo Bibiana, envolve contatos com a Cáritas de São Paulo e o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) para obter dados e realizar as entrevistas.

Direitos (e um pouco mais)

Como signatário do Estatuto dos Refugiados, explica Bibiana, o Brasil, assumiu obrigações jurídicas no sentido do reconhecer o status de refugiado àqueles que se enquadram nos critérios estabelecidos pela lei. Isso significa que o Estado deve reconhecer os direitos fundamentais destas pessoas, inclusive os consagrados pelo Estatuto do Idoso. De acordo com a professora, porém, a situação não é bem essa. O direito do Benefício de Prestação Continuada (BCP), por exemplo, ainda não é plenamente oferecido ao refugiado idoso como assistência social – e deveria ser. O BCP é um benefício que assegura o pagamento de um salário mínimo ao idoso e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, que comprovem não ter como garantir o próprio sustento.

Além do acesso aos mesmos direitos dos brasileiros, a professora aponta a necessidade de integrar os refugiados, idosos ou não, à sociedade em que estão vivendo. Mas faz uma ressalva: “uma verdadeira integração não representa assimilação cultural”. Na verdade, ela começa por políticas de educação e conscientização, tanto para os refugiados quanto para o brasileiros, e deve envolver todas as esferas do Poder Público, pois é em nível municipal e estadual que as políticas públicas são implementadas.

Para os idosos, essa integração exige esforços maiores dos dois lados, pois o aprendizado da nova língua é um grande desafio a ser superado. “Na área do envelhecimento, por exemplo, novas profissões como o bacharel em Gerontologia, com uma formação biopsicossocial e visão holística sobre o envelhecimento e a velhice, são fundamentais para a promoção do diálogo intersetorial e interprofissional”, ressalta.

O perfil dos refugiados no Brasil

Os menos de 5 mil refugiados no Brasil hoje são, em sua maioria, homens e chegam principalmente de outros países da América do Sul, da África e da Ásia. Mesmo com a garantia de que aqui estão seguros, eles reclamam das dificuldades de inserção social e profissional.

Na opinião da pesquisadora, falta ação do Estado brasileiro para uma verdadeira política de

integração. “É necessária e urgente a adoção de uma nova lei de migrações no país, que avance no sentido da implementação dos direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição de 1988, o que o anacrônico Estatuto do Estrangeiro não pode garantir”, defende. Além disso, ela alerta

para o fato de que existem muito estereótipos negativos construídos sobre os refugiados, que dificultam o processo de adaptação e que devem ser quebrados.

Fonte: <http://www5.usp.br/35303/vivendo-longe-de-casa-pesquisa-mostra-dificuldades-de-idosos-refugiados-no-brasil/> - 25.10.2013

Refugiados africanos tentam nova vida no Brasil

Congolese, senegaleses e guineenses fogem de guerras e conflitos nos seus países. Até encontrarem o apoio de organizações filantrópicas, passam fome, frio e ficam expostos a abusos nas ruas de São Paulo.

Maria (*) fecha os olhos e canta para lembrar de seu país. Ela está na recepção de uma instituição católica em São Paulo, aguardando cobertor e cesta básica, mas sente-se ao lado do marido e dos filhos em Bukavu, sua cidade-natal.

A guerra a fez fugir da República Democrática do Congo para o Brasil. Sozinha e sem notícias da família, ela aguarda ser reconhecida como refugiada no país, assim como outros 5 mil solicitantes de 70 nacionalidades.

Ela não sabe onde está o marido nem os dois filhos, um de 2 e outro de 8 anos. “Eu fui para o trabalho e o meu marido ficou em nossa casa, no Congo. Começou a guerra e eu fugi por uma estrada. Meu marido e meus filhos fugiram em outra direção. Eu não sei se estão vivos. Não tenho qualquer informação.”

Amigos de Maria a ajudaram a tirar o visto brasileiro e pagaram a passagem de avião. Ao chegar ao país, no início de 2013, a congolese perambulou pelas ruas de São Paulo durante oito dias. “Fazia muito frio e eu não tinha mais nada. Eu pedia aqui e ali para me arranjam qualquer coisa para comer”, relembra.

Um africano que a viu tremendo de frio na rua lhe ofereceu ajuda e a levou até o Centro de Acolhida para Refugiados, na Praça da Sé, no centro da capital paulista. O local é gerenciado pela Cáritas Arquidiocesana de São Paulo. O escritório parceiro do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) encaminha os pedidos de refúgio ao Comitê Nacional de Refugiados, providencia documentação na Polícia Federal do Brasil e direciona os estrangeiros a abrigos.

- A maioria dos africanos vêm sem norte, por isso nós damos um primeiro apoio. São poucos os abrigos disponibilizados por organizações não governamentais. Temos a possibilidade apenas de encaminhá-los para a rede pública de albergues, que não é adequada para estrangeiros. Eles ficam numa condição muito vulnerável – afirma Maria do

Céu, que há seis anos atende estrangeiros na Cáritas.

Madeleine, de Kinshasa, a capital da República Democrática do Congo, também aguarda ser reconhecida como refugiada no Brasil. O pai da jovem de 18 anos era secretário de um deputado da oposição. Em 2012, quando o presidente da República Democrática do Congo, Joseph Kabila, recebeu informações de que o parlamentar conspirava contra o governo, todas as pessoas ligadas a ele foram perseguidas.

- Eu estava na escola. Meu pai, minha mãe e meus irmãos tiveram de fugir. Uma amiga da minha mãe me buscou e me levou para a casa dela. Ela me acolheu por dois meses e, depois, para minha segurança, mandou-me para o Brasil – conta.

Ao chegar ao aeroporto de Guarulhos, ainda sem saber português, Madeleine pediu ajuda a um nigeriano, que a levou para a casa onde ele morava. Após seis dias trancada no local, a jovem foi estuprada. “Lá na casa dele aconteceu uma coisa ruim, e ele me expulsou da casa. Fiquei andando na rua e daí encontrei outro africano. Foi ele que me levou até a Cáritas.”

Segundo Carmen Victor, do Instituto do Desenvolvimento da Diáspora Africana no Brasil, a falta de amparo institucional faz com que as africanas caiam numa falsa rede de proteção. “São mulheres cuja vida é atrelada à figura masculina do pai, do irmão ou do marido. No Brasil, elas terminam sendo usadas por imigrantes africanos para vários fins. Muitas são obrigadas a transportar drogas e a prestar favores sexuais. Encontra-se de tudo, desde o apoio verdadeiro ao total abandono”, relata.

“Não há como voltar”

Francisca também foi vítima de perseguição política em Kinshasa, no Congo. O pai trabalhava para um coronel que se opôs à reeleição do presidente Kabila. Os dois tiveram que fugir. Ela

parou de estudar e foi morar na casa de um amigo do pai.

A mãe e os dois irmãos permaneceram na casa da família. Policiais foram lá e perguntaram pelo pai de Francisca. Os pequenos começaram a chorar. “Eles sequestraram minha mãe e meus dois irmãos. Foram embora com eles e queimaram a casa. Não sobrou nada”, relata.

Meses depois, o amigo do pai de Francisca enviou a jovem ao Brasil por temer represálias. Ela chegou ao país em janeiro de 2013. Sem falar português, passou dois dias dormindo no aeroporto de Guarulhos. Lá encontrou um grupo de moças que falava francês. Todas eram prostitutas.

- Quando eu cheguei à casa delas, falaram que eu poderia ficar, mas deveria trabalhar para me manter. Uma noite, elas me levaram até o ponto onde trabalhavam. Eu não queria fazer aquilo. Naquela noite, eu falei que não estava me sentindo bem, e elas entenderam – conta.

No dia seguinte, ao não aceitar novamente, Francisca foi ameaçada. “Aqueles que falavam francês disseram: ‘Tem que chamar uns cinco homens para violar essa menina’. Eu me assustei. E, quando elas estavam distraídas, eu saí da casa e fugi.”

Francisca andou sem rumo pelas ruas de São Paulo. Ainda naquele dia, escutou um rapaz falando lingala, o idioma de Kinshasa. Ela pediu ajuda e foi levada até a Cáritas.

Falsa rede de proteção

Hoje a congoleza vive num abrigo para menores de idade. Ela faz um curso de português e conseguiu emprego numa empresa de telemarketing. “Não tem como voltar porque há muito tempo as coisas não mudam. Quando eu nasci, já era assim. Eu cresci, e é a mesma coisa. Tenho estresse, dor no coração porque não sei onde está minha família, não sei o que aconteceu com eles.”

A jovem também relembra casos de violência em seu país. “Quando o governo manda, o rebelde – não sei como posso chamar aquelas pessoas – quando eles encontram um menino e uma menina da minha idade, o pai e a mãe em uma casa, eles mandam o rapaz se deitar com a mãe e o pai, com a garota. Obrigam! Se você não faz, eles te matam”, conta Francisca.

Ela se recorda de um vizinho que foi obrigado a fazer sexo com a própria mãe, uma senhora de idade. “Com aquela vergonha, ele não conseguiu mais viver em paz e se matou.”

Apesar dos traumas, Francisca pretende estudar para poder ajudar os congolezes. Ela quer ser médica, mas sem a documentação necessária não consegue se matricular na universidade. “Já faz tempo que estou pedindo os documentos para o governo aqui no Brasil, mas não consigo. Quando eu era criança, eu falava que, quando eu tivesse 25 anos, seria uma grande médica. Essa incerteza me incomoda muito”, diz.

À procura de uma nova vida

Na Zona Leste de São Paulo, muitos homens africanos e moradores de rua brasileiros aguardam uma vaga no abrigo Arsenal da Esperança. No ano passado, a presença de estrangeiros aumentou.

Pedro Baptista, da Guiné-Bissau, chegou em março. Havia seis meses que estava sem receber o salário como professor dos ensinos fundamental e médio na capital guineense. O golpe de Estado em abril de 2012 motivou o sindicalista a sair do país. “Deixei a minha esposa grávida, ela já deu à luz e nem tenho dinheiro para mandar para ela. O país está em constante instabilidade. Então isso obrigou-me a procurar refúgio no Brasil. Vim cá procurar melhor condição de vida”, conta.

Formado em química e biologia, Pedro Baptista se tornou orientador comunitário do Arsenal da Esperança. Ele aguarda ser reconhecido como refugiado no Brasil, apesar de não ter sofrido uma ameaça direta. Em 2013, o governo brasileiro concedeu refúgio para apenas um africano da Guiné-Bissau.

- Os governantes do Brasil bem sabem que a Guiné-Bissau tem problemas. A CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) não reconheceu o governo que está no poder neste momento. Imagine um país com 40 anos de independência não ter nenhum governo que tenha terminado seu mandato e ser palco de sucessivos golpes. É lamentável, mesmo.

Segundo o italiano Simone Bernardi, coordenador do Arsenal da Esperança, a maioria dos estrangeiros da casa que querem ser reconhecidos como refugiados no Brasil não foi vítima de perseguição. “São jovens que, muitas vezes, aparentam ser um pouco a elite do país de onde vieram. Têm o perfil de quem completou os estudos e quer procurar um futuro melhor”, explica.

Pedro Baptista pretende fazer uma especialização no Brasil e mandar ajuda para seu país. “A minha vida está em causa, porque eu sou o filho mais velho. Meus irmãos estão esperando alguma coisa de mim. E não só eles, também o povo da Guiné-Bissau.”

“Aqui não é minha terra”

Os mais de 4.500 refugiados reconhecidos pelo governo brasileiro enfrentaram uma longa jornada para escapar das mais variadas perseguições políticas, religiosas e étnicas. Omar está no Brasil há sete anos e já tem residência permanente. Ele é agente de saúde pública em São Paulo. Por motivos de segurança, não relata por que teve de deixar a República Democrática do Congo.

- Eu sempre falo isso. Aqui não é a minha terra. A minha terra é a minha terra. A minha terra é incomparável e vai permanecer comigo. Mas estou aqui. Estou batalhando para ter a minha vida. Se hoje não, amanhã, se não amanhã, depois de amanhã, eu voltarei – diz Omar.

Para isso, ele defende que os governantes africanos precisam se preocupar mais com as necessidades da população do que com o poder. “Os políticos devem purificar a consciência e aprender o que é o amor. Sabe amor? Eles não têm.”

Mãe dos africanos

A jornalista Diop desembarcou no Porto de Santos, no litoral de São Paulo, há 11 anos. Alvo de ameaças por seu trabalho numa rádio popular na região conflituosa de Casamança, no sul do Senegal, foi obrigada a fugir.

- Há muitos problemas no Senegal. É a guerra fria que as pessoas não reconhecem. Estou contente com o povo brasileiro, que é muito gentil. Sinto-me como se estivesse em casa. Eu sei que tive mais oportunidades do que muitos africanos que foram para a Europa – diz.

Diop vende roupas, tecidos de capulana, colares e estatuetas do Senegal na Praça da República, no centro de São Paulo. Duas brasileiras a ajudam no pequeno comércio. Para ela, todo africano ou brasileiro que precisa de ajuda é como um novo filho.

- Hoje eu trato dos africanos que chegam. Sou como uma mãe. Eu sou uma escrava de Deus e de todos que precisam de ajuda. Tenho dois quartos, uma sala, cozinha e banheiro. Tenho colchões para as pessoas dormirem. Se há alguém com problemas, eu dou-lhe comida e mantimentos. A pessoa não paga eletricidade, água nem o quarto. Não paga nada. É tudo feito por mim e pelo meu marido – conta.

Diop diz que, apesar da perseguição que sofreu, ama o Senegal. E é grata à acolhida que recebeu no Brasil. “Cada país representa uma mãe. Nunca uma pessoa pode falar que não gosta da própria mãe. Eu gosto muito do meu país, mas aqui no Brasil tenho coisas que não tenho lá. Eu tenho liberdade. Eu amo muito o Brasil.”

Fonte: <http://csem.org.br/index.php/csem/noticias/2081-refugiados-africanos-tentam-nova-vida-no-brasil> - 14.01.2014

América Latina lidera a proteção e a busca de soluções para populações deslocadas

GINEBRA, (ACNUR) - O Alto Comissário da ONU para Refugiados, António Guterres, pediu nesta quinta-feira aos países da América Latina e do Caribe que liderem a defesa da causa dos refugiados e dos deslocados por conflitos e pela violência na região.

“A América Latina e o Caribe devem continuar expandindo sua forte tradição de refúgio e de inovação, estabelecendo elevados padrões de proteção e encontrando soluções sustentáveis para as pessoas afetadas por anos de conflito, perseguições e abusos dos direitos humanos”, disse Guterres, durante reunião com embaixadores da região, em Genebra.

O encontro lançou o processo das comemorações do 30º aniversário da Declaração de Cartagena (conhecido como Cartagena +30). As comemorações, que incluem uma série de encontros regionais de países e representantes da sociedade civil, serão concluídas com uma reunião a nível ministerial em dezembro de 2014, em

Brasília, na qual se espera que os países latino-americanos e caribenhos adotem uma Declaração e um Plano de Ação para fortalecer a proteção de refugiados e outras populações deslocadas na região durante a próxima década.

Desenvolvida como uma resposta aos conflitos da América Central ocorridos nos anos 80, a Declaração de Cartagena foi assinada em 1984 como um instrumento regional fundamentado na longa e generosa prática de conceder refúgio às pessoas em necessidade de proteção.

“O 30º aniversário da Declaração de Cartagena oferece uma oportunidade renovada para que a região das Américas lidere a construção de sistemas de refúgio justos, encontrando soluções sustentáveis e erradicando a apatridia”, disse Guterres na abertura do encontro.

A região tem lidado com questões complexas de situações prolongadas de deslocamento forçado, fluxos migratórios mistos e apatridia. Para Guterres, a forte tradição latino-americana e

caribenha em temas de refúgio e proteção ajudará a região a enfrentar estes desafios.

“Estou muito confiante que os países da região combinarão esforços para assegurar o bem estar e a segurança das pessoas em movimentos migratórios mistos, especialmente mulheres e crianças. A América Latina e o Caribe mostrarão, uma vez mais, liderança no enfrentamento das necessidades de proteção de indivíduos e famílias”, afirmou o chefe do Alto Comissário da ONU para Refugiados (ACNUR).

“Com base nas boas práticas da região em proteger refugiados em zonas urbanas, nas estratégias de auto-suficiência e nas respostas à

violência sexual e de gênero, os países latino-americanos e caribenhos podem se tornar os propulsores de uma agenda global de proteção fortalecida”, completou Guterres.

As discussões que ocorrerão no marco do processo de Cartagena +30 ajudarão os países a se comprometerem com a erradicação da apatridia na região em 2024 e consolidar a Programa de Reassentamento Solidário da América Latina, que beneficia refugiados da região e de outras partes do mundo.

Fonte: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/america-latina-lidera-a-protecao-e-a-busca-de-solucoes-para-populacoes-deslocadas/> - 13.02.2014

Refúgio: quando migrar vira questão de sobrevivência

Por: Rodrigo Borges Delfim

Embora muitos ainda não o reconheçam como tal, migrar é um direito humano, exercido pelo homem desde os seus primórdios. Mas e quando esse ato de migrar se torna uma questão de vida ou morte? Assim acontece com os refugiados.

Sim, é verdade que os refugiados também são migrantes. Mas ao contrário do migrante, que opta por tentar uma vida melhor em outro lugar, ninguém escolhe ser refugiado. Uma projeção do Alto Comissariado da ONU para Refugiados (Acnur) aponta que, a cada minuto, oito pessoas são obrigadas a abandonar tudo o que possuem por conta de perseguições diversas (política, religiosa, étnica, entre outras) ou conflitos armados.

Não custa reforçar: refugiado não é fugitivo, como alguns medalhões da grande imprensa – desinformados, no mínimo – já disseram por aí. A fuga deles não é por conta de nenhum delito. Pelo contrário, eles fogem de criminosos que violam seus direitos como ser humano, vítimas de um castigo sem crime.

Atualmente o que não faltam são eventos geradores de refugiados – Síria, Iraque, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Sudão, Afeganistão, apenas para citar os mais recentes ou conhecidos. Ainda de acordo com a Acnur, são 51 milhões de pessoas em situação de refúgio, o maior número desde a Segunda Guerra Mundial – e que infelizmente tende a continuar crescendo.

E mesmo quando alguém se torna um refugiado, também não o deseja ser pela vida toda. Mas embora o refúgio seja teoricamente de caráter

temporário, existam muitos indivíduos que mal possuem perspectivas a curto, médio ou até mesmo longo prazo de retornar ao país natal, dependendo do contexto de cada local e do que motivou a solicitação de refúgio.

Ou seja, não é à toa que os refugiados são lembrados em uma data específica. Desde 2000, a ONU, por meio da Acnur, escolheu o 20 de junho para lembrar o Dia Internacional do Refugiado e promove iniciativas na data que têm como objetivo conscientizar a opinião pública internacional sobre essa triste realidade. Para este ano, é destacada a força e a superação de milhões de pessoas ao redor do mundo forçadas a fugir de suas casas devido à guerra ou ao abuso aos direitos humanos – o slogan é 1 família separada pela guerra já é demais.

Esses dados, embora resumidamente, são uma mostra do grau de complexidade social, cultural e psicológica que incide sobre os indivíduos em situação de refúgio. E apesar de o Brasil não estar próximo de nenhum dos grandes focos geradores de refugiados no mundo, a quantidade de pessoas nessa condição no país aumenta a cada ano. Ou seja, estar sensível a esse tema – e por consequência, mais apto a fazer sua parte em prol dessa população – é o mínimo que cada um de nós pode fazer.

Não custa reforçar: refugiados são migrantes, mas não por escolha própria. Eles são migrantes por uma questão simples – porém dramática – de sobrevivência...

Fonte: <http://migramundo.com/2014/06/20/refugio-quando-migrar-vira-questao-de-sobrevivencia/> - 20.06.2014

Violência rouba infância das crianças imigrantes que buscam um futuro melhor

Paula Escalada Medrano

Cidade do México (EFE).- A violência na América Central põe fim à infância de milhares de crianças, que se veem obrigadas a deixar suas brincadeiras para enfrentar uma missão tão arriscada como a de emigrar para o norte em busca do futuro que seu país não pode oferecer.

Segundo dados de organizações de direitos humanos e de autoridades migratórias, as crianças estão cada vez mais viajando sozinhas. Preferem enfrentar os riscos das rotas migratórias a continuar vivendo em lugares nos quais cada dia pode ser o último.

"Lá onde vivíamos não se pode sair na rua. As gangues nos obrigavam a entrar para elas e, caso contrário, diziam que iam nos ferrar".

Jeycer tem 16 anos e um objetivo claro: chegar aos Estados Unidos e encontrar sua mãe que vive lá há 12 anos, quando deixou seus filhos em Honduras em busca de um futuro melhor.

Ele tinha 4 anos, seu irmão Jonathan, que o acompanha na viagem, tinha 3. Quase não se lembram dela. "Nem me lembro de quando ela me deixou. Pela internet posso vê-la e manter contato pelo Facebook, mas não posso tocá-la", contou à Agência Efe por telefone.

Ela vive em Las Vegas e é uma imigrante ilegal, mas para esses adolescentes não importa o que terão que fazer quando chegarem, só querem deixar San Pedro Sula para trás, onde eram pressionados pelas gangues todos os dias.

Jeycer e Jonathan falaram por telefone de um local chamado "La 72", um refúgio para migrantes situado no município de Tenosique, no estado de Tabasco, no sul do México, aonde todos os dias chegam várias crianças desacompanhadas.

Frei Tomás González, o diretor do abrigo, faz as contas das crianças que param por ali: do total de migrantes em 2013, 10% eram menores desacompanhados. Este ano, as crianças sozinhas já representam 17%.

"Estão entrando muitas mulheres e menores acompanhados e não acompanhados, com entre nove e 17 anos", explicou o frei à Efe e acrescentou que a maioria vêm de Honduras, El Salvador e Guatemala.

Eles chegam por diversas razões, porque seus pais os abandonaram quando crianças e decidiram partir em busca de um futuro melhor, por causa da violência no seio de suas famílias ou porque vivem

em áreas marginalizadas e dominadas pelo crime organizado.

Se a rota pelo México, por si só, já é repleta de perigos, cheia de controles migratórios e de organizações criminosas que consideram os migrantes um novo negócio, para os menores os riscos se multiplicam.

"As crianças não costumam estar totalmente por dentro da questão migratória, não entendem os fluxos migratórios ilegais ou sabem muito pouco e não imaginam o que os espera no caminho e o que eles podem sofrer nas mãos das autoridades", disse González.

A questão ficou evidente depois que os EUA anunciaram que tinham detido na fronteira mais de 47 mil crianças desacompanhadas nos últimos oito meses, o dobro do número dos oito meses anteriores, e prometeu US\$ 254 milhões à América Central para financiar programas sociais e de segurança.

Além disso, há poucos dias, o Instituto Nacional de Migração (INM) do México publicou seus números: 6.330 crianças deportadas de janeiro a maio de 2014 (em 2013 foram 8.577 e em 2012, 5.966 no total).

Apesar de o INM apresentar as deportações como um resgate e "a reintegração ao seio familiar", as organizações de direitos humanos garantem que quase nunca é a melhor opção devolvê-los a suas origens e que as autoridades muitas vezes esquecem o básico, que antes de serem migrantes, são crianças.

"As políticas de proteção dos direitos da infância estão acima de qualquer norma migratória e, em algumas ocasiões, se vê o contrário disso, mas deve prevalecer o interesse superior da criança", disse à Efe Karla Gallo, oficial do Unicef México.

Os direitos das crianças "não terminam em uma fronteira", mas vão com elas e "onde quer que elas se encontrem, seus direitos têm que ser protegidos e garantidos", afirmou.

O refúgio "La 72" de Tenosique está na rota do trem de mercadorias "La Bestia", chamado assim pelas duras condições de seu trajeto, algo que Jeyzer e Jonathan estão a ponto de comprovar.

Embora este seja o meio utilizado pela maioria dos imigrantes, segundo comprovou Marta Sánchez, diretora do Movimento Migrante Mesoamericano,

não é o mais usado pelas crianças, que "viajam por outras rotas".

Fundamentalmente, as crianças viajam por intermédio de traficantes de pessoas em ônibus ou carros particulares, que cobram entre US\$ 3 e 6 mil, muitas vezes pagos pelos pais desesperados que os esperam do outro lado da fronteira.

"Estamos vendo um ar muito diferente nas pessoas que estão saindo. Eles vêm muito desesperados, não têm opções, se arriscam pelo que for, pois em seus países não podem ficar", garantiu a ativista.

Há poucos dias, Marta falou com uma das mães que levava crianças pequenas pela rota migratória. "Perguntei a ela por que os levava consigo e me respondeu que seus dois filhos maiores foram

mortos e que não ficaria para que matassem os outros".

Foi a própria mãe de Jeycer e Jonathan que os encorajou a fazer a viagem, apesar do risco de não voltar a vê-los. "Ela já tinha medo do que nós lhe contávamos", disse o irmão mais velho.

Os dois ainda não sofreram nenhum problema no caminho e afirmam que conhecem os riscos dos quase 4 mil quilômetros que faltam para que finalmente possam chegar até onde está sua mãe e abraçá-la.

Fonte: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2014/06/23/violencia-rouba-infancia-das-criancas-irmigrantes-que-buscam-um-futuro-melhor.htm> - 23.06.2014

Os Refugiados climáticos ficarão sem status legal

Thalif Deen

Nações Unidas – A conferência internacional sobre os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (Peid), que acontecerá em Samoa na primeira semana de setembro, deixará de lado um assunto sensível: a proposta de criação de uma nova categoria de "refugiados ambientais" para os que fogem das diminutas nações expulsos pela elevação do nível do mar. "Não consta da declaração final", disse à IPS um diplomata de um dos Peid que pediu para não ser identificado. Os países ricos vizinhos desses pequenos Estados temem uma onda de refugiados, explicou.

A proposta implicaria emendar a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1951, o que a converte em um assunto que divide ainda mais. O documento final, já aprovado pelo Comitê Preparatório da ONU em julho, será adotado após a reunião que acontecerá de 1 a 4 de setembro em Apia, capital de Samoa.

Sara Shaw, coordenadora de justiça climática e energia da organização Amigos da Terra Internacional, declarou à IPS: "Acreditamos que os refugiados climáticos têm direito legítimo de pedir asilo e devem ser reconhecidos pela convenção para os refugiados e receber proteção internacional". Lamentavelmente, acrescentou, as mesmas nações desenvolvidas, responsáveis pela emissão da grande maioria dos gases-estufa que causam a mudança climática, se negam a ampliar a convenção para incluí-los. "Pior ainda, tentam debilitar a proteção existente para os refugiados", ressaltou.

O primeiro "refugiado climático" demandante, originário de Kiribati, não teve aceito seu pedido de asilo apresentado em um tribunal da Nova Zelândia, em maio, porque a legislação internacional não reconhece o aumento do nível do mar nem o aquecimento global como causas válidas para iniciar o trâmite.

Ioane Teitiota, de 37 anos, alegou que sua ilha natal afundava e que buscava pastagens verdes e mais seguras. Mas o tribunal sentenciou que a convenção de 1951, que nunca previu a mudança climática, só permite que uma pessoa solicite asilo por "fundados temores de ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencer a determinado grupo social ou por opiniões políticas".

O boletim eletrônico da ONU cita François Crépeau, relator especial para os direitos humanos dos migrantes: "Não temos uma legislação internacional, ou outro tipo de mecanismo, que permita às pessoas entrar em um Estado contra a vontade do mesmo, a menos que sejam refugiados". E, inclusive nesses casos, não têm tecnicamente direito de ingressar, mas não se pode castigá-los por isso, acrescentou.

O primeiro-ministro de Antiga e Barbuda, Winston Baldwin Spencer, afirmou, em setembro de 2013 na Assembleia Geral da ONU, que "é um fato reconhecido, mas vale ser repetido, que os pequenos Estados insulares são os menos responsáveis pela mudança climática e, no entanto, sofreremos a pior parte de suas consequências".

Esses Estados reiteram seu “profundo pesar” pela falta de medidas tangíveis nas negociações climáticas no contexto da ONU. As nações ricas, ressaltou Spencer, devem assumir a responsabilidade moral, ética e histórica por emitirem grandes concentrações de gases-estufa antropogênicos na atmosfera. “São essas ações que colocaram o planeta em risco e comprometeram o bem-estar das atuais e futuras gerações”, acrescentou.

Kristin Casper, assessora legal de campanhas e ações do Greenpeace Internacional, opinou à IPS que “é escandaloso que os Países em Desenvolvimento percam seu território até o final do século pela elevação do nível do mar. Saudamos os esforços dos Países em Desenvolvimento, de outros governos e de organizações não governamentais que pedem ações urgentes para que o mundo possa atender de maneira justa as migrações climáticas”.

Casper acrescentou que “está claro que os governos têm a obrigação de diminuir os desastres climáticos, bem como as comunidades e os refugiados devem receber proteção legal em seus países e no exterior”. O secretário-geral da conferência de Samoa, Wu Hongbo, declarou a jornalistas que são esperados cerca de 700 participantes, entre eles governantes, 21 autoridades de agências da ONU e representantes de aproximadamente cem organizações.

A reunião, chamada oficialmente de Terceira Conferência Internacional sobre os Países em Desenvolvimento, teve suas antecessoras em Barbados, em 1994, e em Maurício, em 2005. Entre os Países em Desenvolvimento se destacam Antiga e Barbuda, Bahamas, Cuba, Fiji, Granada, Suriname, Timor Leste, Tuvalu e Vanuatu.

Segundo Hongbo, o documento final da conferência contém várias recomendações para realização de ações para avançar. Mas são

objetivos que os governos não podem conseguir sozinhos. Shaw apontou à IPS que há milhões de pessoas refugiadas no mundo ou forçadas pelas circunstâncias a ir para outros países devido à fome ou a conflitos. Muitas dessas crises se exacerbam pela mudança climática porque recursos como água potável se tornam escassos gerando disputas e enfrentamentos.

“As consequências da mudança climática, entre as quais se destacam elevação do nível do mar, secas e eventos extremos mais frequentes, causarão um número maior de refugiados climáticos no mundo”, alertou Shaw. “Mas duvidamos que esses refugiados algum dia recebam uma cálida acolhida nos países ricos, cuja contaminação os obrigou a deixar seus lares”, pontuou.

A realidade é que a vasta maioria dos refugiados climáticos acaba em outros países pobres, enquanto os mais ricos erguem obstáculos cada vez mais altos para evitar que cheguem em busca de uma vida melhor para eles e suas famílias, lamentou Shaw.

Segundo a ONU, os Países em Desenvolvimento estão entre as regiões mais vulneráveis do mundo em termos de intensidade e frequência de desastres naturais e ambientais e seu crescente impacto. Os Países em Desenvolvimento sofrem as desproporcionalmente grandes consequências econômicas, sociais e ambientais dos desastres.

Essa vulnerabilidade agrava outros problemas que tantos países em desenvolvimento enfrentam, como a globalização e a liberalização comercial, a segurança alimentar, a dependência energética, a falta de água potável, a degradação do solo, a gestão do lixo e a biodiversidade. Envolverde/IPS

Fonte: <http://csem.org.br/index.php/csem/noticias/2792-os-refugiados-climaticos-ficaram-sem-status-legal> - 28.08.2014

ENGLISH

U.N. Reports Sharp Increase in Refugees as Civil Wars Cripple Nations

Somini Sengupta

In Central African Republic, they ran from home and slept under the trees. In Colombia, they dared not return to their villages. From Syria, they fled by the hundreds of thousands, escaping barrel bombs and summary executions.

Civil war had forced a staggering 51 million people worldwide to leave home by the end of 2013, according to the United Nations, and that was before they started fleeing Iraq in droves last week

as fighters from a Sunni extremist group swept through the north.

According to the United Nations annual report released Friday, most of the forcibly displaced worldwide are homeless in their own countries and are known as internally displaced persons. An additional 16.7 million people are refugees in another land.

Astonishingly, half are children.

Although the refugee numbers were higher after the end of the Cold War in the early 1990s, what distinguishes this report is the sharp increase in the ranks of the internally displaced since their numbers began to be tallied about 20 years ago.

Syrians today make up the single largest group of internally displaced persons, with 6.5 million displaced within the country by the end of 2013. In Colombia, although bitter rebellion is on the wane, 5.4 million remain displaced, and another 3 million in the Democratic Republic of the Congo.

It is the war in Syria that most dramatically illustrates how quickly a country's fate can be upended by civil war. In 2008, it was the world's second largest refugee-hosting country. By 2013, it was the world's second largest refugee-producing country. The vast majority of Syrian refugees have poured into Lebanon, Jordan and Turkey, while another 6.5 million remain displaced inside Syria's borders, including those who remain beyond the reach of humanitarian agencies.

"There is no humanitarian response able to solve the problems of so many people," the United Nations refugee agency's head, Antonio Guterres, warned in a news conference in Geneva. "It's becoming more and more difficult to find the capacity and resources to deal with so many people in such tragic circumstances."

Close to 11 million people were newly displaced last year, the report noted. Conflicts this year in the Central African Republic, South Sudan, Ukraine and now Iraq threaten to push levels of displacement even higher by the end of this year, Mr. Guterres added.

"The 2013 levels of forcible displacement were the highest since at least 1989, the first year that comprehensive statistics on global forced displacement existed," the report states.

In 2013, Afghans, Syrians and Somalis accounted for more than half the total number of refugees. Most refugees worldwide do not end up in the world's rich countries. Pakistan and Iran hosted the largest numbers of refugees, with 1.6 million and nearly 900,000 respectively, from a succession of

wars in Afghanistan over the last 35 years. Syria's neighbors too have felt the strain of so many newcomers over the last three years.

Money for humanitarian aid lags behind. The United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs said this week that it had asked donor countries for a record \$16.9 billion this year, with the largest single share of that for Syria. Only 30 percent of that had come in.

Humanitarian organizations that cater to the needs of the displaced find new challenges. For instance, said Sophie Delaunay, the executive director of the United States chapter of Doctors Without Borders, heightened insecurity had increasingly made it difficult for aid workers to reach the displaced in places like South Sudan and Syria. "Either they are stuck or NGOs can't go because it's too risky," she said.

Other times, she added, there are remarkably few aid agencies that operate even in accessible places where huge numbers of displaced people congregate, like the airport in Bangui, the capital of Central African Republic.

The movements of refugees are a glimpse into the trouble spots of the world. In 1975, the agency counted just over 3.6 million refugees, with the largest number from Ethiopia. By 1992, there were nearly 18 million refugees worldwide, with over 4 million of them from Afghanistan alone. By 2004, the total number had dipped to about nine million, but by then refugees from Darfur had begun to flee Sudan.

The shifting flows of the displaced reflect also the changing pattern of war, which has gone from pitting countries against each other to warring factions vying for control within countries, often with guns and gunmen from abroad, as in the case of both Congo and Syria. "The nature of displacement is very different," said Alexander Betts, a professor of refugee studies at Oxford, in a telephone interview. "The cases of displacement are very different, and the needs of the displaced population are very different."

The total number of refugees also include the long-term displaced, like the five million Palestinians who were uprooted starting in 1948. Also among the 51 million are over a million asylum seekers, the largest numbers of them in Germany, the United States and South Africa.

Nick Cumming-Bruce contributed from Geneva.

Fonte: <http://www.nytimes.com/2014/06/21/world/refugees-at-levels-not-seen-since-second-world-war.html> - 20.06.2014

Spain: A Precarious Gateway to Europe for Syrian Refugees

Inés Benítez

MALAGA, Spain (IPS) - Little Samir covers his face with his hands as he plays under the orange tree in the centre of the inner courtyard of the Spanish Refugee Aid Commission (CEAR) centre in the southern city of Malaga. He is four years old and has spent nearly a year in Spain, where he arrived with his parents, fleeing the war in Syria.

Samir (not his real name) and his family, who remain anonymous at their request, were among millions of Syrians who abandoned their homes and way of life to escape the conflict that flared up in March 2011.

Some of those who seek protection in the European Union come to Spain by plane with a visa, but others come through Morocco, crossing the borders into the Spanish enclaves of Ceuta and Melilla in North Africa, with fake documents purchased on the black market.

“The journey from Syria to Spain can take up to three or four months,” Wassim Zabad, who is from Damascus and has lived in Malaga for 11 years, told IPS.

Many people reach Morocco after travelling through Egypt, Libya and Algeria, said Zabad, who owns a travel agency specialising in taking Spanish tourists to Lebanon, Egypt and Syria. Business is bad because of the conflicts in those countries.

In his view, the conditions for refugees “are quite bad” in Spain, which is why “98 percent of Syrians” move on to other countries where they may have relatives or believe there are better facilities and economic assistance, especially France, Germany or Sweden.

Francisco Cansino, the CEAR coordinator for eastern Andalusia, told IPS that the majority of Syrians his organisation helps, coming from the Melilla Centre for the Temporary Stay of Immigrants (CETI), prefer to request asylum in other EU countries, although the standard procedure is for them to seek asylum in the country of entry, and this is what they are told.

The European Commission’s Dublin II Regulation of Feb. 18, 2003 establishes the principle that the first safe country entered by an asylum seeker is responsible for examining the asylum application, and provides for the transfer of an asylum seeker to that EU country.

“They don’t stay. They leave because they think their chances are better in other countries. They ask to leave the same day they arrive. They say they have relatives in Europe,” Cansino said. In his view, Syrian refugees are “suddenly facing an abyss of uncertainty.”

Four Syrians – a couple with two children – have been living at the Malaga CEAR centre for the past few weeks. They receive shelter, food, clothing, a monthly allowance (equivalent to 68 dollars per person), Spanish language classes and job training programmes. CEAR is an independent volunteer-based humanitarian organisation.

So far in 2014, some 200 people from Syria have been cared for in this centre, Cansino said.

“Only a minority of Syrian refugees come to Spain. The majority are displaced within Syria itself or seek safety in neighbouring countries,” David Ortiz, the head of the Red Cross Refugee Reception Centre in Malaga, told IPS.

At this Red Cross centre, one of seven in the country, 13 of the 20 beds are occupied by Syrians and Palestinians who were living in Syria. Among them are two families with children, who have been attending school since they arrived.

A total of 100,000 people have died in the war in Syria, 10,000 of them children. About 2.6 million people have fled to other countries, and 6.5 million are internally displaced, according to the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR).

“Syrian refugees come to us tremendously traumatised,” said Ortiz. They have to rebuild their lives, learn a new language and find work in a country like Spain, where the unemployment rate is over 25 percent, he said.

A report on the situation of refugees in Spain, presented by CEAR in June, indicates that the country received 4,502 applications for asylum in 2013, compared to 2,588 in 2012, owing to an increase in applications from persons from Mali (1,478) and Syria (725).

According to Eurostat data cited in the CEAR report, in 2013 some 435,000 asylum seekers came to the EU. The largest group came from Syria (50,000) and the applications were mainly directed to Germany, with 109,580 applications, followed by France and Sweden. But only three percent of

Syrian refugees have been granted asylum in Europe.

"I hope to find stability here in Spain," said Adi Mohamed, a 33-year-old Syrian, who had a visa that allowed him to fly to Malaga in April, where he lives with some Syrian friends. He owns a restaurant in Palmira, near Homs, and he is worried about the safety of his parents and the five brothers and sisters he left behind.

Mohamed, who ran a restaurant with fifty employees, asked, "Why does Spain offer less help to refugees and take longer to process asylum applications than Germany or Sweden? If I had known it, I would have travelled to another country," he said.

The length of stay in the refugee reception centres is six months, renewable for the same period in the "very frequent" case that the asylum application has not yet been determined. Families with children may stay for up to 18 months, Ortiz said.

"Asylum processing times are different in different EU countries, and so are benefits for refugees," said Ortiz. He complained that the Dublin Regulation was "unfair" to oblige refugees to apply for asylum in the country where they first enter the bloc.

Haitian Migrants Turn Toward Brazil

E. C. Gogolak

At 7:30 on a recent morning, dozens of people were already outside the Brazilian embassy in Port-au-Prince, Haiti, a white stucco building in the suburb of Pétionville. Often there are hundreds, some with visa appointments, and many more waiting in hopes of one. Workers hurried up the slope to the upscale enclave from the dusty downtown below; Jalousie, a shantytown of pastel-painted cinderblock homes, hovered above. "Today makes one year and six months that I've been coming here every day," said Saintadele Ladouceur, a thirty-nine-year-old mother of two. She is from Delmas, one of the Port-au-Prince districts hit hardest by the earthquake in 2010.

The 7.0-magnitude quake, which leveled much of Port-au-Prince and its surroundings, killed an estimated two hundred and thirty thousand people, and left more than a million and a half homeless. It was, as Paul Farmer has put it, an "acute-on-chronic" event: there were countless chronic problems in Haiti, but they became acute after the earthquake. The World Bank estimates that about

In a report published Jul. 9, Amnesty International (AI) says that while 1.82 billion euros (2.46 billion dollars) of EU funding was allocated to control of its external borders between 2007 and 2013, only 700 million (950 million dollars) was spent on improving the situation for asylum seekers.

The AI report accuses EU migration policies of "putting the lives and rights of refugees and migrants at risk" when they try to cross into the EU, especially through Bulgaria, Greece and Spain, and warns that some 23,000 people have lost their lives trying to get into Europe since 2000.

Several NGOs have denounced inadequate conditions at the Melilla CETI, which houses hundreds of Syrian and sub-Saharan migrants, as well as delays in processing asylum applications, which prevents them from leaving Ceuta or Melilla under Spanish law.

According to the UNHCR report 'Syrian Refugees in Europe: What Europe Can Do to Ensure Protection and Solidarity', published Jul. 11, the CETI was housing 2,161 people as of Jun. 12, when its maximum capacity is 480. Among them were 384 Syrian adults and 480 children.

Fonte: <http://www.ipsnews.net/2014/07/spain-a-precarious-gateway-to-europe-for-syrian-refugees/> - 21.07.2014

eighty per cent of the population lives on less than two dollars a day.

At just past eight o'clock, a call of "Silence. Silence. Silence!" rose from the crowd outside the embassy. The phone lines had opened, and anyone with a cell phone was trying to get a visa appointment. The embassy does not have an online system for the visa process because applicants have limited access to computers. Embassy officials also decided that it would be better to give everyone a chance each day than to set appointment times weeks or months in advance. There was a collective sigh of frustration: a busy tone. The officials told me that, on an average day, they miss more than twelve hundred calls. With a staff of six, they can take no more than forty appointments daily.

Embassy personnel often advise the crowd to leave, and ask local authorities for police enforcement to keep order outside. But they undermined their own guidelines last year by briefly accepting applications from the people outside, whether or not they had appointments. They found

that it didn't help. "People who could not get an appointment would spend night and day outside the building and, during business hours, even block the access of those who had an appointment," said the embassy vice-consul, Daniel Arneiro. Now, he said, "I suppose they think there's always a chance." The staff has the list of people with appointments for the day, and goes to the door to let them in, one by one. Getting the appointment, as Arneiro put it, "is like winning the lottery."

As far back as the seventies, Robert Maguire, a Haiti scholar at George Washington University's Elliott School of International Affairs, told me, Haitians described emigration as "cheche lavi," or looking for life. For decades, most Haitian emigrants left for the United States, now home to more than half a million documented Haitian immigrants, who send more than a billion dollars in remittances to their home country each year. But, since the early eighties, the U.S. government has engaged in an increasingly restrictive policy of deterrence and expedited return. Brazil's immigration policy is comparatively lax, its labor market famously strong, and, for the first time, Haitians are leaving, in significant numbers, for the south. More than twenty thousand Haitians have moved to Brazil since the earthquake. "It's my dream because, if I went over there, I'd get a job, no problem," André Desir, a young man from downtown Port-au-Prince, said. "Right now I don't feel good. This is all I can think about."

The strict U.S. immigration policy is based on the premise that the majority of Haitians fleeing the country are running from poverty rather than political persecution. In the days after the earthquake, a U.S. Air Force cargo plane outfitted with radio transmitters flew over the country, broadcasting a recorded message from Haiti's ambassador in Washington. "If you think you will reach the U.S. and all the doors will be wide open to you, that's not at all the case," it blasted in Creole. Still, the U.S. offered temporary protected status to undocumented Haitians who had arrived before the earthquake, and put a halt to deportations. The status was later extended to Haitians who had arrived in the year after the quake, but the annual cap on visas for Haitians hardly increased. Despite the efforts of advocates and policymakers, Haitians whose visa petitions have been granted still have to wait several years, because of the backlog created by entry limits. In January of 2011, deportations resumed. In recent months, in northwest Haiti, Coast Guard helicopters have been heard hovering overhead, and cutters have been seen from the shore.

The Brazilian story is different. Though Brazil, historically, has been a nation of migrants, economic crises starting in the late seventies turned the country into a source of emigrants; the exodus reached its height with the economic depression that followed the fall of the military dictatorship, in 1985. Until recent years, immigration to Brazil "was not an issue, primarily because it was almost non-existent," Paulo Abrão, the Brazilian National Secretary of Justice, told me. But, as Brazil's economy has grown into the largest in South America, and the seventh-largest in the world, it has become a magnet for workers from poorer Latin American countries and beyond. Earlier this year, unemployment fell to a near-record low of 4.9 per cent, and over the past decade, some forty million Brazilians have joined the middle class. Meanwhile, the labor supply has fallen short of the country's growth in labor-intensive sectors like construction.

Since the ouster of Haitian President Jean Bertrand Aristide in 2004—it was the second time he was deposed—Brazil has led the U.N. Stabilization Mission in Haiti, and some twenty-two hundred Brazilian troops have been stationed there. After the earthquake, word spread in Haiti about opportunities in Brazil, particularly as part of the lead-up to the 2014 World Cup, and to the 2016 Olympics, in Rio de Janeiro. For Haitians, however, Brazilian visas haven't been easy to come by. For tourist visas, applicants must prove that they have the resources to fund the trip; for work visas, a Brazilian employer must start the application. A new smuggling industry has emerged to help Haitians traverse what is known as "the jungle route." Undocumented Haitians pay as much as four thousand dollars, which amounts to months of work for one family, to get to Brazil. The trip is perilous, and can take more than three months. Migrants typically take flights from the Dominican Republic to Panama to Ecuador or Peru, where they meet "coyotes," who take them by land into the Amazon and across the border.

Without visas, they present themselves as refugees, seeking asylum, but, because they aren't fleeing persecution, they aren't eligible for refugee status. Brazil, however, has not deported them, and, instead, has granted them visas. "They're already there, half a world away, and Brazil wouldn't deny them," said Arneiro. By the end of 2011, about sixteen hundred Haitians had been granted visas this way. But Brazil was slow to process their papers, and the situation was deteriorating. In January, 2012, there were about two thousand Haitians stuck in Brazil's Amazonian

outpost towns, waiting for documents that would allow them to leave for the cities and find work.

That month, in Port-au-Prince, the Brazilian government started issuing Haitians what it called “humanitarian visas,” which are residential visas granted for humanitarian reasons, in hopes of limiting the number of migrants taking the jungle route. Brazilian President Dilma Rousseff visited the city that February, and declared, “We are ready to receive Haitian citizens who choose to look for new opportunities in Brazil.” A hundred visas started to be issued monthly, but the number of migrants crossing the jungle border did not decline. In the first seven months of 2013, four thousand Haitians arrived in Brasiléia, a small border town in the state of Acre that has become a welcome mat for undocumented migrants. In a further effort last summer, Brazil announced that it would lift the quota on visas for Haitians. As of June, the Brazilian embassy in Haiti had granted more than ten thousand humanitarian visas, and it continues to issue as many as possible, given its operational capacity.

The line was long and tense. A screaming match erupted about whether the people with visa appointments were lucky or had paid off someone inside. (The embassy has said that there are no bribes.) Six security guards stood on the steps of the embassy, ready to disrupt the fights that often break out at its doors. Water vendors passed through the crowd, and a steady stream of cars and motorbikes rolled by, some dropping people off outside the embassy.

The Age of Survival Migration

Diana Cariboni

MONTEVIDEO (IPS) - “Survival migration” is not a reality show, but an accurate description of human mobility fuelled by desperation and fear. How despairing are these migrant contingents? Look at the figures of Central American children travelling alone, which are growing.

The painful journeys of children and teenagers from Central America to the United States border sounded alarms this year.

More than 52,000 children —mostly from Honduras, Guatemala and El Salvador— were detained when they crossed the border without their parents in the last eight months, says the Washington Office on Latin America (WOLA).

While it is an unprecedented crisis, Gervais Appave, special policy adviser to the International

James Novembre, a thirty-eight-year-old father of two, stood outside a car in front of the embassy. He had tried to get a U.S. visa three times, but didn’t have any luck, so he looked to Brazil instead; his younger brother lives in Brasília. Among the lucky ones, he had already received the visa, and was stopping by the embassy to submit documents for his family’s visa process before his flight to São Paulo that evening. He used to own a small beverage-distribution company, but was robbed at gunpoint at the end of last year. Once he paid back his loans, he had nothing left. “I feel excited because I am going to get a job and help my family,” he said. “Because I cannot get work here.”

By mid-afternoon, rain clouds hovered over Port-au-Prince. People who had already been in the embassy, whose papers were ready, stepped past the double doors again to receive their visas. One by one, they emerged, smiling and carrying crisp manila envelopes. The rest of the crowd, those without appointments, who had returned day after day to try their luck, watched them. Pedro Lahens strode down the steps flashing a smile, clutching the envelope. Twenty-two years old, he had been trying to get the visa for a year, and plans to go to São Paulo once he saves enough money to buy a ticket. “I’ve been suffering a long time, since after the earthquake,” he said. A car passed by, swathed in Brazilian flags. “If I could, I would throw a party tonight.”

Fonte: <http://www.newyorker.com/news/news-desk/haitian-migrants-turn-toward-brazil> - 20.08.2014

Organisation for Migration’s director general, frames it “within a more general global trend”, which could be defined as “survival migration”.

Children travelling from the Horn of Africa to European countries, through Malta and Italy, or seeking to reach Australia by boat from Afghanistan, Iran and Sri Lanka, are just two examples.

The European agency dealing with borders, Frontex, reported an increase in the “phenomenon of unaccompanied minors claiming asylum in the European Union (EU)” during 2009 and 2010.

According to Frontex, the proportion of children migrating alone “in the overall number of irregular migrants that reach the EU is worryingly growing.”

Appave told IPS it is impossible to identify a single cause for the spread of this child migration. But he pointed out there is a “very effective and ruthless smuggling industry”. There is “a psychological process that kicks in if you have a critical mass of people moving. Then others will try to follow because this is seeing as ‘the’ solution to go forth,” he said.

The muscle of smugglers and traffickers is apparent in Honduras, Guatemala and El Salvador. But nobody flees without a powerful reason.

According to a report published in July by the United Nations refugee agency UNHCR, 85 percent of the new asylum applications received by the United States in 2012 came from these three countries, while Mexico, Panama, Nicaragua, Costa Rica and Belize registered a combined 435 percent increase in the number of individual applications from El Salvador, Honduras and Guatemala.

While in recent weeks there have been fewer children crossing the U.S. southern border, “this phenomenon has been here since years ago,” Adriana Beltrán, WOLA’s senior associate for citizen security, told IPS.

Criminal gangs, mafias and corruption are major drivers, agree Beltrán and José Guadalupe Ruelas, director of Casa Alianza – Honduras, an NGO working to promote children’s rights.

Killings, extrajudicial executions, extortion and fear “have grown dramatically” in Honduras, Ruelas told IPS.

The country has 3.7 million children under 18, and one million do not attend school; half million suffer labour exploitation; 24 out of 100 teenage girls get pregnant; 8,000 boys and girls are homeless, and other 15,000 fled the country this year, according to official statistics.

“Five years ago, there were 43 monthly murders and arbitrary executions of children and under-23 youths,” he said. Now the monthly average is 88, according to Casa Alianza’s Observatorio de Derechos de los Niños, Niñas y Jóvenes.

Moreover, the perception of security is altered. When people in the “colonias” (poor neighbourhoods) see an ambulance, they “immediately presume a murder or a violent death, instead of a life about to be saved or an ill person to be cured,” and if they see a police or a military patrol, “they think there will be heavy fire and deaths.”

These terrified people mistrust state institutions. Only last year, 17,000 families left their homes

following gangs’ threats, “and the state could do nothing to prevent it.”

“They are displaced by the war,” Honduran President Juan Orlando Hernández said in June.

The 1951 U.N. Convention on the Status of Refugees and its 1967 Protocol establish that a refugee is a person who fled his or her country due to persecution on the grounds of political opinion, race, nationality or membership to a particular social group.

While Guatemala, Honduras, El Salvador and parts of Mexico are like hell on Earth, the Convention is not easily applicable in these cases, and moves to broaden or amend it have failed so far. Instead, the 1984 Cartagena Declaration (see sidebar) offers a more flexible refugee definition for the region.

Through a 10-point plan of action, the UNHCR asks governments to include refugee considerations in migration policies, particularly when dealing with children, women and victims of trafficking.

According to a 2008 law, U.S. authorities must screen all cases of children under 18 who crossed the border alone to determine whether they are victims of trafficking or abuse, to provide them with legal representation and ensure due process. But the agencies in charge are overloaded and lack adequate resources.

“Some sectors want to change this law and, despite the fact that there have not been deportations, Washington has not clearly indicated yet which stance will take,” said Ruelas.

With elections set for November, it is highly unlikely the political parties will keep this issue out of the electoral fight, he added.

Beyond the urgency of this refugee crisis, underlying causes are a much more complicated issue.

It is not just violence or poverty, but “incredibly weak criminal justice institutions penetrated by organised crime,” said Beltrán.

Ruelas points out the “wrongful” militarisation of Honduras, which will further erode the state’s ability to control its territory. “Despite more soldiers patrolling the streets, criminals feel free to threaten and murder in the colonias,” he said.

According to Beltrán, the United States’ ad hoc assistance through the Central America Regional Security Initiative (CARSI) is excessively focused on the “anti-drug fight”, when the region requires more investment in prevention policies, particularly at the local level.

“Washington needs to refocus its policies toward the region, but Central American governments can’t evade their own responsibility,” she added.

Their fiscal revenues, for example, are among the lowest in Latin America, thus undermining their capacity to provide services and respect human rights.

However, the crisis of migrant children is providing a golden opportunity to reexamine all of these

larger issues, Ruelas says. “We need a human security, one which regains the public space for the citizens.

“When people control the territory,” he argued, “because the police protect and support them, they gain the chance to rebuild a more peaceful community life.”

Fonte: <http://www.ipsnews.net/2014/08/the-age-of-survival-migration/>
- 29.08.2014

Thousands of Migrants Forced to Leave Israel, Rights Group Says

Isabel Kershner

JERUSALEM — Thousands of Sudanese migrants to Israel and hundreds of Eritreans have returned to their home countries this year as a result of an Israeli policy that amounts to “unlawful coercion,” Human Rights Watch said on Tuesday. The group said the migrants had been left few other options even though they were at risk of imprisonment or abuse at the hands of repressive governments back home, and despite protections Israel is obligated to provide under international treaties.

The New York-based human rights group said in a lengthy report that it had documented seven cases in which citizens of Sudan were detained and interrogated in the capital, Khartoum, on their return.

While four of the seven were released after short periods, the report said, one was tortured, a second was put in solitary confinement and a third was charged with treason for visiting Israel, which does not maintain diplomatic relations with Sudan. The group said that under Sudanese law it is a crime to visit Israel, punishable by up to 10 years in prison, and that at least 6,400 Sudanese had returned between January 2013 and the end of June 2014.

The report also said 367 Eritreans had returned home after reaching Israel, but neither Human Rights Watch nor the representative of the United Nations high commissioner for refugees in Israel had any confirmed information about them.

Human Rights Watch said the decision by asylum seekers to leave Israel could not be considered voluntary because of the circumstances surrounding their departures. In many cases, migrants were offered a choice between going home — or in some cases, to a third country — or facing the threat of “indefinite detention” in a semiopen but remote facility in the Negev desert that does not allow them to work.

“International law is clear that when Israel threatens Eritreans and Sudanese with lifelong detention, they aren’t freely deciding to leave Israel and risk harm back home,” said Gerry Simpson, senior refugee researcher at Human Rights Watch and the author of the report.

Israeli human rights groups have been raising similar concerns in recent months.

Mr. Simpson said it was not possible to ascertain whether any of the 6,700 migrants had left for other, personal reasons, as they were not interviewed on departure. But he said the more likely explanation was that they were coerced into leaving because of the pressure created by Israel’s policies.

Israel strongly contested that assessment, saying it encourages repatriation or departure to a third country but does not compel asylum seekers to do so.

“There are very many baseless accusations against the state, just as these organizations criticize every one of the Western countries because of the way they deal with illegal infiltration,” Gideon Saar, Israel’s interior minister, told Israel Radio. “As a country, we first of all act according to the law and with every step we act in consultation with the attorney general and according to his opinion.”

The Interior Ministry said the Human Rights Watch report was an attempt to influence Israel’s Supreme Court, which is expected to rule soon on a petition against a recent amendment to Israel’s law guiding illegal entry to the country.

Israel’s perception of the African migrants, whom it routinely refers to as “infiltrators” or economic migrants, sharply differs from that held by many nongovernmental organizations and refugee advocacy groups, who view them as asylum seekers fleeing conflict zones or persecution.

“Israel does not forcibly deport these people,” said Mark Regev, a spokesman for the Israeli prime minister’s office. “They have the possibility to be in Israel safely and to have all their humanitarian needs met.”

He added, “The overwhelming majority of these people are illegal job seekers and are not coming here for refugee reasons.”

Israeli officials say the government offers refugees willing to leave \$3,500.

Walpurga Englbrecht, the representative for the United Nations high commissioner for refugees in Israel, said Israel might be breaching international conventions that prohibit the forcible return of refugees or asylum seekers to an environment in which they are at risk of persecution or degrading treatment.

The conditions in the Holot facility in the Negev desert, she added, “restrict the freedom of movement of Eritrean and Sudanese residents to a substantial degree, not necessarily in line with international human rights law.”

“Under these circumstances,” she added, “it is reasonable to expect that many would opt for return rather than stay in the facility for an unspecified period of time.”

Alarmed by an influx of about 60,000 Africans since 2005, the vast majority of them Sudanese or Eritreans who crossed the border from Egypt, and after protests by the residents of south Tel Aviv, where the new arrivals were concentrated, Israel announced in 2012 that it was stepping up efforts to deter, detain and deport the migrants. Measures that include the construction of a steel barrier along Israel’s border with Egypt have since cut the flow of African migrants to almost zero.

Some Israelis have argued that their country, which offers refuge to Jews, should be sensitive to others fleeing war, but government ministers have argued that asylum seekers threaten the Jewish character and social fiber of Israel, a small country of eight million.

Many of the migrants are told to report to Holot, the desert facility, when they renew their temporary

residency permits, and those who fail to do so risk imprisonment.

There are currently about 1,620 Sudanese and Eritreans at the desert facility, and they are required to be present for roll call three times a day and are locked in at night. Several hundred more migrants are detained in the nearby Saharonim prison, having been arrested after they walked out of Holot this summer to protest conditions there.

Israel’s Interior Ministry did not provide a detailed breakdown of the nationality or destination of those who had left, but its figures show a steep rise in departures so far this year — 5,388 people compared with 2,612 in 2013.

Human Rights Watch also criticized Israel for what it said was a low rate of examining refugee applications and granting refugee status. Israel has recognized three Eritreans as refugees and no Sudanese, according to the United Nations refugee agency.

One Eritrean asylum seeker, in Israel since 2008, described in an interview how he was taken out of school at the age of 17 to serve in the Eritrean Army. He evaded military service for a time, but was ultimately caught and sent to prison. Speaking on the condition of anonymity for fear of drawing the unwelcome attention of the Israeli authorities, he said he escaped and then left Eritrea at the age of 20, and arrived in Israel after spending time at a camp in Ethiopia.

He said his temporary residency permit in Israel, which allowed him to work, had run out. He is afraid to apply for a new one, he said, assuming that he will be sent to Holot.

He said he was also afraid to apply for refugee status, preferring to remain below the radar of the Israeli authorities. A few months ago, he was offered about \$3,000 by the Israeli authorities to move to Uganda or Rwanda. “I told them no,” he said. “I would prefer to pay them the money and stay here and have my life.”

Fonte:
http://www.nytimes.com/2014/09/10/world/middleeast/thousands-of-migrants-forced-to-leave-israel-rights-group-says.html?_r=0 - 09.09.2014

Insecurity, drought and lack of livelihoods force 130,000 to flee homes in Somalia

GENEVA, (UNHCR) – The UN refugee agency reported on Tuesday that forced evictions, drought, conflict and lack of livelihoods have prompted more than 130,000 Somalis to flee their homes so far this

year, and displacement within Somalia and across its borders shows no signs of easing.

"The vast majority – some 107,000 – are internally displaced in Somalia; a total of 23,000 newly arrived Somali refugees have registered in Yemen,

Kenya and Ethiopia during the first eight months of the year," UNHCR spokesman Babar Baloch told journalists in Geneva. "Insecurity was the main cause of internal displacement, with some 38,000 people fleeing their homes because of military conflict," he added.

An estimated 7,000 people fled a military offensive in south-central Somalia in the first eight months of the year. While displacement is likely to be temporary, with people returning to their homes once it is safe, many still require assistance when displaced. These efforts are, however, hampered by limited access to towns affected by military activity, with airlifts often the only way to get supplies to people in need.

Baloch said the forced evictions of internally displaced people (IDP) from both private and government-owned land and buildings had uprooted almost 33,000 people. Some 15,600 were affected in the port city of Kismayo earlier this year and 18,300 people were evicted in the capital Mogadishu in recent weeks.

"UNHCR is engaged in dialogue with its counterparts among the Somali authorities to ensure that such evictions do not violate basic human rights. UNHCR distributed basic relief items to 3,000 displaced families in Kismayo in recent weeks, but additional distributions are required," the UNHCR spokesman said.

He added that many people were living in sites lacking basic services. They slept in shelters made of sticks, grass and cardboard. Baloch said incidents had been reported of sexual and gender-

based violence, including rape, against girls and women by militias operating outside the settlements.

In 2014, Yemen has received 11,000 new arrivals by boat across the Gulf of Aden and the Red Sea, almost matching the figures recorded for the whole of 2013. Most of the new arrivals come from the six regions in south-central Somalia most affected by drought, food insecurity and poverty. Almost 9,000 Somalis have arrived in Kenya while Ethiopia has registered more than 3,000 Somali refugees arriving this year. The total number of Somali refugees in the region stands at 957,000.

"This continuing displacement comes at a time when the internally displaced are bearing the brunt of the current food insecurity crisis in the country. IDPs spend proportionately more – up to 75 per cent – of their available income on food, compared to Somalis in rural and urban communities.

According to a recent survey by the UN's Food and Agriculture Organization (FAO), IDPs have the highest rates of severe acute malnutrition, while malnutrition rates are critical in seven of the 13 IDP sites surveyed. The under-five death rate among Mogadishu IDPs is six times the average.

"While UNHCR and other agencies are scaling up response, our Somalia operation requires more than US\$40 million, and remains underfunded at 38 per cent," Baloch noted.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/2836-insecurity-drought-and-lack-of-livelihoods-force-130-000-to-flee-homes-in-somalia> - 16.09.2014

ESPAÑOL

Empresas en Costa Rica son reconocidas por buenas prácticas de integración de personas refugiadas

SAN JOSÉ, Costa Rica (ACNUR) – En el marco del Día Mundial del Refugiado, 36 empresas e instituciones recibieron el reconocimiento Vivir la Integración por sus buenas prácticas para facilitar la integración de las personas refugiadas en Costa Rica. Las organizaciones llevaron a cabo procesos de contratación de personas refugiadas en sus puestos vacantes, campañas de sensibilización a lo interno, capacitación técnica y en habilidades blandas y contratación de mujeres refugiadas.

Las personas refugiadas son aquellas que han sido forzadas a dejar su país porque su vida, su seguridad o la de sus familiares corre peligro, debido a un conflicto armado, persecución o por ser víctimas de graves violaciones de sus derechos humanos.

"En el Día Mundial del Refugiado, se conmemora el valor de las personas que reconstruyen sus vidas en un nuevo país que les brinda protección. En Costa Rica, este año se reconoce el trabajo de

varios actores, empresas privadas y sector público, que están apoyando a las personas refugiadas a integrarse plenamente en la sociedad. Es una situación ganar-ganar que además hace de Costa Rica un país modelo en materia de integración”, dijo Roberto Mignone, Representante ACNUR Costa Rica.

Vivir la Integración es una alianza público-privada que busca estimular el desarrollo de acciones empresariales, enmarcadas en estrategias de Responsabilidad Social, para promover la inserción laboral de las personas refugiadas en Costa Rica. Vivir la integración es un programa que cree que el acceso equitativo al empleo y el apoyo al emprendimiento es la base de la integración de las personas refugiadas y solicitantes de esta condición.

La iniciativa es impulsada por la Asociación Empresarial para el Desarrollo (AED), la Dirección General de Migración y Extranjería (DGME), la Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) y la Asociación de Consultores y Asesores Internacionales (ACAI).

Como parte de Vivir la Integración, se acompaña a las empresas en la incorporación de estrategias y acciones para la integración de las personas refugiadas en sus negocios. Este año por primera vez, se presentó el reconocimiento para visibilizar los esfuerzos y avances de las empresas y motivarlas a fortalecer estas labores.

“Las personas refugiadas pueden aportar muchísimo al talento de las empresas. Son personas que por su experiencia de vida han adquirido valiosas habilidades para el trabajo. Son innovadoras, emprendedoras y leales. Una empresa que apuesta por contratar a personas refugiadas está invirtiendo en diversidad y esto es un factor de competitividad y sostenibilidad para cualquier organización”, expresó Silvia Lara Povedano, Directora Ejecutiva de AED.

Las organizaciones tuvieron la oportunidad de postular en 6 diferentes categorías y demostrar por medio de evidencia fotográfica, audiovisual y documental su compromiso con las personas refugiadas. Un jurado, formado por representantes de todos los miembros de la alianza, revisó las aplicaciones y seleccionó a las compañías reconocidas.

Las empresas reconocidas son: Aporta Soluciones, Ace Global, Asociación de Empresarios Colombianos (AECOL), Banco de Costa Rica, Barceló San José Palacio, Beway Business Advisors, Cámara de Comercio de Costa Rica,

Central de Mangueras, De Pe a Pa Mercadeo, Gran Hotel Costa Rica, Agencia Datsun, Musmanni, Grupo Nación (empleo.com), Hewlett Packard, Human resources consultants network, Innovaplant de Costa Rica, Intersite, Logosoft, Pequeño Mundo, Manpower, Panadería la Espiga Dorada, Proexport Colombia, Punto de Moda, Columbia & Outdoors, Search, Sodexo, Soluciones Creativas Empresariales, Startek International, Subway, SYKES, ULACIT, Universidad para la Paz y Vital Uniformes. Además tres instituciones públicas recibirán un homenaje especial por las acciones que han llevado a cabo a favor de la inserción laboral de las personas refugiadas: el Instituto Nacional de Aprendizaje, la Caja Costarricense del Seguro Social y la Municipalidad de Desamparados.

“La alianza y compromiso de diferentes sectores de la sociedad ha sido una estrategia innovadora para enfrentar los desafíos de integración laboral de la población refugiada y solicitantes de la condición de refugiado. Es valioso reconocer la importancia de esta población para el desarrollo del país”, dijo Gloria Maklouf, Directora de ACAI.

El galardón Vivir la Integración será entregado de manera anual con el objetivo de promover y reconocer a las organizaciones públicas y privadas que se sumen a este reto país.

“La integración de las personas refugiadas al ámbito laboral costarricense debe verse como un proceso natural y no un tema de excepción solamente, la selección de este tipo de personal debe realizarse por sus talentos y habilidades con especial reconocimiento a la particular condición migratoria de una persona refugiada, de ahí la importancia de destacar la iniciativa de estas empresas que ya son ejemplo para otras”, indicó Kathya Rodríguez Araica, Directora General de Migración.

Unos 40 millones de personas en el mundo son víctimas del desplazamiento forzoso. Solo en Costa Rica, viven miles de personas refugiadas de más de 40 diferentes nacionalidades, la mayoría procedente de Colombia, Venezuela y otros países centroamericanos. Cada año se dan alrededor de 1000 nuevas solicitudes de esta condición en el país.

Acerca de Vivir la Integración

Vivir la Integración nace de una alianza público-privada que promueve la inserción de las personas refugiadas al mercado laboral y, a través de esto, su integración en la sociedad costarricense. El programa está conformado por organizaciones que

trabajan la materia de protección a personas refugiadas y responsabilidad social empresarial, así como la institución rectora nacional en el tema migratorio: la Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR), la Asociación Empresarial para el Desarrollo (AED), la Dirección General de Migración y Extranjería y, la ONG local, la Asociación de Consultores y Asesores Internacionales (ACAI).

Vivir la integración es un programa que cree que el acceso equitativo al empleo y el apoyo al emprendimiento es la base de la integración de las personas refugiadas y solicitantes de esta condición. Vivir la Integración pretende motivar a que empresas desarrollen programas de Responsabilidad Social Empresarial (RSE), que apoyen la integración de las personas refugiadas

en Costa Rica. Apoyar la integración de las personas refugiadas contribuye al desarrollo y el bienestar de estas personas, sus familias, las comunidades y la sociedad costarricense. Además al promover la diversidad y la inclusión en las empresas, fomenta un mejor clima organizacional, que a la vez puede favorecer la productividad.

Vivir la Integración pretende favorecer principios establecidos en el marco legislativo costarricense, específicamente en la Ley General de Migración, la cual determina que la migración es un tema de interés público para el desarrollo del país y, por lo tanto, que se debe fomentar la integración de las poblaciones extranjeras.

Fonte: <http://www.acnur.org/t3/noticias/noticia/empresas-en-costa-rica-son-reconocidas-por-buenas-practicas-de-integracion-de-personas-refugiadas/> - 20.06.2014

Los niños, la cara más dolorosa de Migración Centroamericana a EU

Las autoridades estadounidenses estiman que unos 24,000 menores procedentes de Guatemala, Honduras y El Salvador cruzaron su frontera sur en 2013.

Juan José Dalton/DPA

San Salvador, El Salvador.- Víctor Luna espera en el Aeropuerto Internacional "Monseñor Oscar Arnulfo Romero" el retorno obligado de su hija y su nieta, de sólo nueve años, que fueron deportadas desde Estados Unidos tras fracasar en su intento de conseguir su personal "sueño americano".

Hombre de pocas palabras, mirada nerviosa, pelo canoso y piel tostada por demasiado sol en la siembra de maíz y frijoles, Luna sabe que su hija Silvia y su nieta Estela tuvieron "mala suerte" porque fueron capturadas por migración en Estados Unidos, pero al mismo tiempo son afortunadas por no haber muerto en el trayecto a manos de los grupos de delincuentes que se han organizado en los países de tránsito (Guatemala y México) para atacar a los migrantes.

"Ya sabe que aquí, en El Salvador, cuesta vivir, a veces uno dice que va a buscar algo mejor...", apunta Luna mientras espera a sus familiares. La falta de oportunidades para los jóvenes, la violencia y la reunificación familiar con los parientes que residen en Estados Unidos son las causas más importantes en la actualidad de la oleada migratoria de centroamericanos hacia el norte.

Pero la novedad de los últimos tiempos es la llegada además a la frontera sur de Estados Unidos de decenas de miles de menores de edad no acompañados, hecho que ha causado un escándalo mundial que el propio jefe de la Casa

Blanca, Barack Obama, ha catalogado como "crisis humanitaria". Y que se ha vuelto un punto álgido en las relaciones entre Washington y sus vecinos del sur.

Las autoridades estadounidenses estiman que unos 24,000 menores procedentes de Guatemala, Honduras y El Salvador cruzaron su frontera sur en 2013. Y desde octubre de 2013 hasta julio han pasado más de 57,000, procedentes de la zona a la que se denomina el Triángulo Norte de Centroamérica. Según estadísticas locales, más de 9.000 salvadoreños menores de edad han sido detenidos por Estados Unidos en lo que va de 2014.

En el caso de Honduras, de donde se estima que procede la mayoría de los niños, se cree que 13.000 menores han viajado solos y se encuentran en centros de detención en suelo norteamericano. Unos 200 han sido repatriados hasta el momento, así como unos 50 acompañantes. Y se esperan más vuelos en los próximos días.

"Esta ola migratoria no se va a parar. Difícilmente será frenada, y menos con medidas de corto plazo, como la represión. Veamos el caso de El Salvador: Tenemos un dato del censo de 2009 que nos decía que hay 250.000 menores de edad que tienen a sus padres en Estados Unidos", explica Juan José García, académico salvadoreño experto en temas de migración.

García, que en el periodo de gobierno 2009-2014 fue viceministro de Relaciones Exteriores encargado de los salvadoreños en el exterior, afirma que como mínimo esos menores de edad y jóvenes con padres en Estados Unidos siempre van a estar "pujando por la reunificación familiar".

Pero García también cree que la violencia interna, especialmente de las pandillas, así como la falta de oportunidades de superación y de trabajo, impulsa a las familias a arriesgarse a mandar a sus hijos a Estados Unidos, incluso pese a los grandes riesgos que corren.

La parte de la familia Luna que reside en Estados Unidos pagó a un "coyote" (traficante) salvadoreño 21.000 dólares para que llevara a Silvia y a Estela hacia el añorado "sueño americano". Pero en la frontera tejana fueron detenidas por migración y deportadas a El Salvador desde el Centro de Entrenamiento de Aplicación de la Ley Federal (FLETC), en Artesia, Nuevo México, donde estuvieron retenidas varios días.

Al reencontrarse don Víctor, Silvia y la pequeña Estela se funden en un fuerte abrazo, derraman lágrimas por la suerte de estar vivas, mezcladas con la frustración de no haber alcanzado su objetivo, aunque seguramente, como otros, lo volverán a intentar.

El ex viceministro García estima que "el coyotaje", como llaman en tierras centroamericanas al tráfico o trasiego de personas para llevarlas a Estados Unidos, "se ha vuelto un gran negocio. Es el segundo tráfico ilegal, después de las drogas, más rentable y con montos de más de 40.000 millones de dólares anuales, de los cuales se lucran muchas personas".

En un intento de poner freno a la "crisis humanitaria" de la frontera sur de Estados Unidos, los presidentes de El Salvador, Salvador Sánchez Cerén; Honduras, Juan Orlando Hernández, y Guatemala, Otto Pérez Molina, se reunirán el viernes con el jefe de la Casa Blanca, Barack Obama. Pero antes lo harán sólo entre ellos para definir una estrategia a mediano y largo plazo.

"Los presidentes llevarán propuestas concretas en materia de seguridad y de desarrollo económico, propuestas que se están consolidando", aseveró el jefe de la diplomacia salvadoreña, Hugo Martínez, quien reveló que se abordará el tema de la seguridad para combatir el tráfico de personas y otros proyectos de desarrollo económico.

El hondureño Hernández considera que Estados Unidos tiene una corresponsabilidad en el tema migratorio en tanto que los narcos usan el espacio centroamericano, en especial el hondureño, para trasegar la droga que va a territorio norteamericano, lo que provoca violentas disputas por el control de rutas y mercados. Y reclama una especie de Plan Colombia o Plan Mérida para Honduras y la región, a fin de enfrentar a los grupos criminales.

Pero mientras tanto, el tema siempre postergado de la ola migratoria de Centroamérica a Estados Unidos está ahora en la agenda mundial gracias paradójicamente a decenas de miles de menores. Niños que cruzaron la frontera sin acompañantes y han sido detenidos en diferentes albergues en territorio estadounidense, en un hecho sin precedentes en la historia moderna.

Fonte:

<http://www.vanguardia.com.mx/losninoslacaramasdolorosademigracioncentroamericanaeu-2121713.html> - 23.07.2014

El número de refugiados sirios supera ya los 3 millones

GINEBRA, (ACNUR) - El número de refugiados sirios ha superado hoy el récord de tres millones de personas, mientras siguen llegando noticias acerca de la situación cada vez más terrible en el interior del país, con ciudades donde la población se encuentra rodeada, la gente padece hambre y los civiles se convierten en el objetivo de ataques o son víctimas de asesinatos indiscriminados.

Prácticamente la mitad de los ciudadanos sirios ya se han visto obligados a abandonar sus hogares y a huir para salvar sus vidas. Uno de cada ocho sirios ha huido del país cruzando la frontera, es decir, un millón de refugiados más que hace un año. Además, 6,5 millones de personas se encuentran desplazados en el interior de Siria. Más

de la mitad de las personas desarraigadas son niños y niñas.

Según ACNUR y otras agencias humanitarias, cada vez son más las familias que llegan en un estado terrible, exhaustas, asustadas y habiendo gastado todos sus ahorros. La mayoría de estas personas han estado desplazadas durante al menos un año, huyendo de pueblo en pueblo antes de tomar la decisión final de abandonar Siria.

Existen indicios preocupantes de que el viaje para huir de Siria también se está tornando más difícil, siendo muchas las personas que se ven obligadas a pagar sobornos en los puestos de control armados que proliferan a lo largo de las fronteras. Los refugiados que cruzan el desierto hacia el este

de Jordania se ven obligados a pagar a los contrabandistas grandes sumas de dinero (que van desde los 100 dólares por persona, o incluso más) para que les lleven a un lugar seguro.

La gran mayoría de los refugiados permanece en los países vecinos a Siria, con las mayores concentraciones en el Líbano (1,14 millones), Jordania (608.000) y Turquía (815.000). Además de los tres millones de refugiados registrados, los gobiernos estiman que cientos de miles de sirios han buscado refugio en sus países. Esta situación está generando una enorme presión sobre sus economías, infraestructuras y recursos. Más de cuatro de cada cinco refugiados sirios hacen frente a grandes dificultades para ganarse la vida y sobrevivir en los pueblos y ciudades fuera de los campamentos. Un 38 por ciento de ellos vive en viviendas precarias que no reúnen los requisitos mínimos, según un reciente estudio.

Los sirios constituyen ahora la mayor población de refugiados del mundo bajo el amparo de ACNUR, sólo superada en número por los refugiados palestinos, una crisis que dura desde hace décadas. La operación de asistencia a los refugiados de Siria se ha convertido en la mayor operación de ACNUR a lo largo de sus 64 años de historia.

"La crisis en Siria se ha convertido en la mayor emergencia humanitaria de nuestra era, y sin embargo, el mundo no llega a atender las necesidades de los refugiados y de los países los están acogiendo", declaró António Guterres, Alto Comisionado de la ONU para los Refugiados.

"La respuesta a la crisis de Siria ha sido generosa, pero la cruda realidad es que está muy lejos de lo que se necesita", señaló António Guterres.

Un reciente recrudecimiento de los combates parece estar agravando una situación ya desesperada. A medida que las líneas del frente se van moviendo, nuevas zonas quedan desiertas de población.

Por ejemplo, los recién llegados a Jordania huyen de los ataques en las regiones de Raqaa y Alepo.

ACNUR también está profundamente preocupado por el bienestar de varios centenares de sirios atrapados en el campo de refugiados de Al Obaidy en Al Qa'im (Irak), después de que las agencias de la ONU y las ONG internacionales se vieran obligadas a abandonar sus oficinas y almacenes.

Según ACNUR, socios nacionales continúan proporcionando productos y servicios básicos, pero la situación es inestable.

Muchos refugiados recién llegados declaran haber tomado la decisión de abandonar Siria únicamente como último recurso. Un número cada vez mayor de refugiados, entre ellos más de la mitad de los que llegan al Líbano, se han desplazado al menos en una ocasión antes de decidirse a cruzar la frontera de Siria, y uno de cada diez se ha desplazado más de tres veces. Una mujer contó al ACNUR que tuvo que desplazarse al menos 20 veces antes de cruzar hacia el Líbano.

Además del deterioro de la seguridad, los últimos refugiados recién llegados dan cuenta de las cada vez mayores dificultades para encontrar trabajo, la fuerte subida de los precios de los alimentos y los productos básicos, así como del grave deterioro de los servicios. Un paquete de pan en un pueblo cercano a la ciudad de Idlib cuesta actualmente diez veces más que el año pasado, según un refugiado recién llegado a Jordania.

Un porcentaje creciente de los recién llegados - hasta un 15% en Jordania, por ejemplo- padece enfermedades crónicas o de larga duración como diabetes, cardiopatías o cáncer, y se han visto obligados a huir de Siria porque ya no podrían acceder a un tratamiento adecuado.

ACNUR está trabajando con otras 150 organizaciones y grupos, así como con los gobiernos de los países vecinos, para ayudar a los refugiados a pagar el alquiler, y acceder a alimentos, educación y atención sanitaria, así como para proporcionar artículos de primera necesidad, tales como tiendas de campaña, colchones y lonas plásticas aislantes.

Sólo durante el año pasado, 1,7 millones de refugiados recibieron ayuda alimentaria, 350.000 niños fueron matriculados en la escuela, y se brindó refugio en campamentos para más de 400.000 refugiados. Desde el comienzo de la crisis en 2011, ACNUR ha registrado a los refugiados más rápidamente que en cualquier otro momento de su historia.

Los donantes han contribuido con más de 4.100 millones de dólares en el marco de los sucesivos planes regionales para ayudar a los refugiados sirios desde 2012. Sin embargo, se necesitan de manera urgente más de 2.000 millones de dólares de aquí a final de año para satisfacer las necesidades básicas de los refugiados. Como prioridad, más de 2,4 millones de personas necesitarían recibir ayuda en las próximas semanas para prepararse de cara al próximo invierno.

Fonte: <http://www.acnur.org/t3/noticias/noticia/el-numero-de-refugiados-sirios-supera-ya-los-3-millones/> - 29.08.2014

El desplazamiento invisible

Denuncias ciudadanas y un informe de la Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento (Codhes) demuestran que cada vez son más los que están siendo desplazados entre localidades.

Laura Dulce Romero

Jimmis Carrillo se acostumbró a ver pasar la muerte muy de cerca. Desde muy joven es líder de derechos humanos, y los atentados en su contra se convirtieron en costumbre. Nació en Magdalena, pero asegura que no está arraigado a ninguna tierra, después de vivir nueve desplazamientos, cuatro de ellos dentro la ciudad (intraurbanos). En cualquier momento llega una amenaza y él debe coger la maleta negra de siempre, llamar a su familia y correr a algún rincón de la ciudad donde nadie los halle hasta un próximo encuentro con sus victimarios.

Llegó a Bogotá en 2009, cansado de tanto correr. Cali, Bucaramanga, Armenia, e Ibagué son sólo algunos de los lugares donde se ha refugiado, por las constantes amenazas que bandas criminales hacen en su contra. La razón: por su trabajo con las víctimas del conflicto se ha hecho merecedor de la hostilidad de la bandas criminales. Pensó que la fatiga del desplazamiento se mitigaría en la capital, pero no fue así. Durante su estancia en Bogotá, este hombre de 56 años ha vivido en el barrio Quintas, Mochuelo Bajo y se ha mudado dos veces a Lucero Bajo; todos en la localidad de Ciudad Bolívar.

Jimmis Carrillo es sólo uno de los 2.524 casos registrados por el Distrito que hoy sufren el fenómeno del desplazamiento intraurbano: familias que son perseguidas por grupos ilegales que buscan un dominio sobre los barrios o las localidades de las grandes ciudades, donde el Estado es protagonista por su ausencia.

Mucho se ha escuchado sobre el desplazamiento forzado causado por la violencia y el conflicto armado que ha vivido el país durante 50 años, sobre todo en Bogotá, principal receptora de víctimas con 350.000 desplazados, que provienen en su mayoría de zonas rurales. Pero poco se sabe sobre esta nueva tipología. Es silenciosa, invisible, incluso ni siquiera es percibida por las mismas víctimas. “Yo ya no quiero irme para otra ciudad. Estoy cansado. Jamás me imaginé que aquí también me iban a perseguir. Si me van a matar, que lo hagan acá”, dijo resignado Carrillo.

Para este defensor de los derechos humanos, el gran problema es que las autoridades no quieren

reconocer que las víctimas siguen siendo amenazadas en la capital. “Para nadie es un secreto que muchos reinsertados volvieron a delinquir y están metidos con el microtráfico, la extorsión y los homicidios. Sí hay actores armados en la ciudad: los Costeños, los Rastrojos y las Águilas Negras. Todos saben dónde están”, agregó.

Él lo sabe porque vive a diario esta peregrinación, cargando como cruz atentados y amenazas, caminando por un sendero lleno de paradas sin ningún final.

La verdad es que lo que dice este hombre alto y de piel morena no está tan alejado de la realidad. Según un informe realizado en 2013 por la Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento (Codhes) y financiado por el alto comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (Acnur), esta problemática se agudizó con la desmovilización del bloque Centauros, perteneciente a los paramilitares del departamento del Casanare. En 2008, de acuerdo con el documento, se registraron 508 casos de desplazamiento intraurbano y aumentaron considerablemente los homicidios y las desapariciones forzadas.

“En vista de que no hubo un buen proceso de reinserción, muchos de los exparamilitares decidieron volver a delinquir. No era rentable para ellos la vida que les ofrecía el Estado, así que como ya muchos habían llegado hasta las ciudades, se rearmaron aquí. El otro problema que se juntó fue que varios frentes jamás se desmovilizaron. Se mantuvieron activas y dispersos”, aseveró Gabriel Rojas, coordinador de refugiados migraciones forzadas del Codhes.

Fue así como empezaron a aparecer los grupos posdesmovilización, como las Águilas Negras y los Rastrojos, en las localidades de Kennedy, Usme, Ciudad Bolívar, San Cristóbal, Bosa y Rafael Uribe Uribe. “Los grupos armados ilegales siguen realizando acciones que vulneran los derechos de la población que habita en sectores marginales y periféricos de la ciudad, generando así un ambiente permanente de zozobra e inseguridad que termina por obligar a las personas a

desplazarse intraurbanamente”, puntualizó el estudio.

Hace tres meses, Jimmis Carrillo recibió un panfleto de las Águilas Negras, en el que esta banda declaraba como objetivo militar a todas las ONG que, según ellos, “se disfrazan de defensoras de población desplazada”, entre ellas la de Carrillo. Su mensaje cerró con una amenaza: “Los tenemos en la mira perros hijueputas, cobardes y desde ya pueden darse por muertos”.

Las intimidaciones son heredadas. Estos grupos tienen conexiones con quienes eran los cabecillas de los paramilitares. El caso de Jimmis encaja perfectamente con esta situación. Grupos paramilitares lo amenazan desde que empezó su carrera con campesinos del sur de Cesar. “Funcionan como franquicias. Es delincuencia común que pide prestado el nombre de Águilas Negras o los Rastrojos a cambio de ayuda en sus negocios de microtráfico y contrabando”, añadió Gabriel Rojas.

De esta manera se desatan otras problemáticas, que también generan desplazamientos intraurbanos. La primera de ellas es el reclutamiento forzado. Los hijos de los desplazados son buscados por estas organizaciones para que hagan parte de los negocios ilícitos. La capital se convirtió en un sitio estratégico para estos grupos armados, que acorde con el estudio de Codhes, ya tienen rutas para el tránsito de armas y microtráfico: San Cristóbal-Usme-Sumapaz; Usaquén-Chapinero Alto-La Calera, y Usme-Sumapaz-Ciudad Bolívar Altos de Cazucá-Bosa son sólo algunas de ellas.

Lo paradójico, según Rojas, es que esto suceda en otras localidades no periféricas y la ciudadanía siga viviendo en la ilusión de que todo está bien y que el conflicto no camina por las calles que habitan. “Una de las rutas está en Chapinero Alto, una de las zonas más lujosas de la ciudad. El conflicto está en los rincones de la capital, no tiene estratos”, agregó.

También hay una preocupación por otras localidades, como Mártires, en las que se forman redes de criminalidad para controlar las rentas ilegales y legales de prostitución, contrabando, ollas o incluso cabinas telefónicas. “Los grupos paramilitares posdesmovilizados mantienen empresas ilegales de seguridad en sectores como San Andresito de la 38, en donde cobran vacunas y extorsión a los comerciantes y controlan algunos negocios de prostitución en Mártires y Santa Fe”, describió el estudio de Codhes.

Pero no sólo hay grupos delincuenciales de exparamilitares que acechan a los desplazados. La Defensoría del Pueblo denunció, en su último informe emitido por el Sistema de Alertas Tempranas, que hay un alto riesgo para las localidades de Usaquén y Chapinero, debido a las extorsiones por parte del frente 53 de las Farc.

Lo cierto es que el reconocimiento del conflicto urbano ha sido muy lento y cada vez deja más estragos. Rojas no desconoce que el Distrito está tomando medidas. De hecho, aseguró que Bogotá cuenta con un modelo ejemplar en términos de aplicación de ley de víctimas: tiene siete centros en las localidades álgidas y hay una ayuda con subsidios económicos y de vivienda.

Sin embargo, no deja de ser una salida asistencialista. Para este experto en desplazamiento, las contrariedades provienen desde la Ley de Víctimas, ya que según él no contempla la integración y la reubicación local, sino que gira en torno al retorno: “El éxito de la reparación desde el Gobierno es que los desplazados vuelvan y se ignora por completo que tras largos años de una mediana estabilidad en la ciudad, es muy difícil hacerlo. Ya hacen su vida acá”.

Jimmis Carrillo, por ejemplo, no piensa migrar a otro lugar, así la respuesta institucional sea precaria. “Con la última amenaza, yo hice la denuncia y de la Unidad de Víctimas me mandaron a un investigador, pero él dice que no necesito seguridad y que mejor lea cartillas de autoprotección. No entiendo qué tengo que hacer para que me ayuden. Ni el Gobierno ni el Distrito me dan garantías”.

- Las soluciones, en borrador

Rubén Darío Ramírez, director del Centro de Estudio y Análisis en Convivencia y Seguridad Ciudadana (Ceacsc), reconoció que hasta hace un año y medio empezaron a recibir una información de desplazamiento interno en el área de Soacha, ni siquiera de Bogotá. Desde ese momento están estudiando la situación.

“El problema radica en que la mayoría de desplazados están concentrados en Ciudad Bolívar, y esto tiene contacto directo con Soacha. Tenemos evidencia que en estas zonas se encuentran el reincorporado con el desplazado y es por esto que se retoman las amenazas pasadas”, contó Ramírez.

La investigación del Ceacsc coincidió con el estudio del Codhes, en que el microtráfico es uno de los factores que más provoca el desplazamiento intraurbano, y añadió que a raíz del proceso de

intervención policial en el Bronx, los ganchos (estructuras pequeñas) se han ido desplazando a cinco localidades: Ciudad Bolívar, Usme, Tunjuelito, Suba y Engativá. Estos ganchos han ido desplazando a los jíbaros tradicionales de la zona. Esta, según el director, es una explicación del aumento de homicidios de jóvenes, a través del sicariato. Así que las personas por temor también se desplazan.

Para Ramírez, primero es fundamental que tanto el Distrito como la Policía Metropolitana comprendan la complejidad de la manera como se conforman las bandas criminales, que ya no funcionan como la jerarquía paramilitar, sino como un poder atomizador.

Aunque desde ya hay proyectos encaminados a que la población desplazada y reinsertada se aleje de la delincuencia. “Estamos en un programa de incorporación social. Este año incorporamos 2.000 pandilleros. Vamos a iniciar con 400 en Bosa y 600 en Suba. Todos ellos van a trabajar como gestores de paz y convivencia”, contó Ramírez.

La única realidad es que Bogotá, la ciudad con más desplazados del mundo, no tiene ni siquiera en borrador soluciones duraderas para un conflicto que está cada vez más urbanizado. En cuanto al flagelo del desplazamiento intraurbano sólo hay diagnósticos, pero muy poca ejecución de proyectos.

Por supuesto, queda la gran incógnita de si la capital del país está preparada para recibir a centenares de reinsertados y víctimas que podrían llegar después de un proceso de paz. ¿Puede la ciudad satisfacer las necesidades básicas de víctimas y victimarios? ¿Se pueden garantizar oportunidades para que no vuelvan a delinquir? La primera experiencia con los paramilitares dejó este sabor agri dulce, mezclado con la amarga e impunidad. Ahora, las víctimas del conflicto, como Jimmis Carrillo, esperan las tan esperadas soluciones duraderas porque, como dijo Gabriel Rojas, la violencia es sólo uno de los síntomas de la verdadera enfermedad: la ausencia del Estado.

Fonte: <http://www.elespectador.com/noticias/bogota/el-desplazamiento-invisible-articulo-516478> - 13.09.2014

La crisis de la migración forzosa desde América Central

By Marta Sánchez-Soler

No se pueden quedar y no tienen a dónde ir: expulsados por la pobreza y la amenaza de inminente de muerte en el país de origen, extorsionados por el crimen organizado, secuestrados y ejecutados en el país de tránsito, y deportados si logran llegar al país de destino.

Es urgente que se apliquen los protocolos internacionales que definan esta situación como una crisis de la mayor envergadura y se declare a ésta población en movimiento como una población de víctimas de violencia extrema y por ende refugiados, objeto de protección internacional.

A partir del último trimestre del año pasado los reportes de campo anunciaban que algo diferente se gestaba en los flujos migratorios centroamericanos en su tránsito por México, presagio que se tradujo en un incremento sustancial del tráfico en la ruta migratoria que fue muy notorio a partir de febrero de este año y se convirtió en verdadera avalancha en los meses de abril y mayo y lo que va del presente mes de junio.

Pero no sólo hay un incremento de volumen de personas, se aprecia un cambio cualitativo en el ánimo de los migrantes: se observa un verdadero estado de emergencia que excluye las consideraciones del tamaño del peligro y del nivel

de sacrificio físico y personal que implica su travesía por México. Es una población en movimiento con un nivel de desesperación que los apremia, sin importar consecuencias ni tragedias. No tienen más remedio que huir.

El recrudecimiento generalizado de la violencia en la región se puede ejemplificar con el calificativo otorgado a la ciudad hondureña de San Pedro Sula como la ciudad más violenta del mundo lo cual nos da una idea de la violencia a ras de suelo que día a día trastoca la vida de las familias centroamericanas. Los niños están siendo el blanco preferido de las pandillas que operan el narcomenudeo y las extorsiones, no sólo en las ciudades más importantes de Honduras como Tegucigalpa y San Pedro Sula, sino también en zonas conurbadas. Honduras ahora parece ser el país más afectado pero toda la región muestra una realidad análoga. Una violencia ejercida por el crimen organizado que va de la mano con la violencia de estado, alimentada por la falta de oportunidades de empleo, salud, educación y satisfactores mínimos para vivir, donde reina la impunidad total y los agraviados no pueden denunciar porque, según testimonios reiterados, muchos han sido ejecutados después de presentar

la denuncia, dada la complicidad de la autoridad con el crimen organizado.

Lo anterior obliga a no plantear la realidad migratoria actual como un llano fenómeno migratorio, ni permite más hablar de sus actores como migrantes. Estamos frente a un fenómeno de expulsión forzada donde los actores dejaron de migrar por motivos tradicionales en busca de mejores oportunidades laborales o la reunificación familiar. Están huyendo de una violencia extrema y de peligros reales de muerte inminente. Dejaron de ser migrantes, “Se trata de personas cuyo desplazamiento involuntario se inicia por causa o temor hacia alguna forma de conflicto impuesto externamente y que amenaza de forma inmediata su vida, situación en la que sus gobiernos de origen son incapaces o negligentes a la hora de garantizar su protección”. (Dic. de Acción Humanitaria y Cooperación al Desarrollo).

De acuerdo con reportes de campo de Rubén Figueroa, vemos en la ruta migratoria a diferentes tipos de actores: los hombres y mujeres solos que continúan siendo mayoría, seguidos de un incremento considerable de jóvenes no acompañados de entre 14 a 18 años y una cantidad inusitada de mujeres con niños de entre 0 y 12 años. También vemos a grupos étnicos como los Garifunas procedentes del Caribe centroamericano que tradicionalmente eran una franca minoría en la ruta migratoria y ahora se mueven en grupos de 50 a 100 personas de una comunidad entera.

En el Hogar Refugio para Personas Migrantes “LA 72”, de Tenosique, Tabasco, por ejemplo, del 1 de enero al 31 de mayo se atendieron 6,192 personas de las cuales 1,000 fueron mujeres con niños y 800 menores no acompañados. Tan solo en la ruta del tren en el tramo entre Arriaga Chiapas e Ixtepec, Oaxaca de aproximadamente 50 mujeres que se observaban en cada corrida el año pasado, hoy día se pueden observar grupos hasta de 250 mujeres en su mayoría con hijos pequeños.

Cuenta Rubén que 7 de cada 10 migrantes entrevistados refieren que vienen huyendo de sus países por amenazas de muerte, extorsiones o asesinato de algún familiar bien sea a mano de las pandillas o de “los narcos”. Se cobra por todo, por vender en la calle, a todos los negocios, grandes medianos y pequeños, y está tan generalizada la extorsión, que incluye el cobro de cuota a quienes tienen familiares en Estados Unidos. Es una práctica común que las pandillas intenten reclutar a menores de edad para actuar como informantes o para vender drogas en las escuelas y de no aceptar, son ejecutados.

Fuera del ámbito de los albergues, se observa un incremento importante de personas viajando al amparo de los traficantes, incremento que corresponde con el mayor flujo migrante. La presencia de traficantes es muy notoria en las centrales de autobuses de Tabasco, Chiapas y Veracruz, también se observan jóvenes no acompañados cuyos padres desde los Estados Unidos, contratan polleros que les lleven a sus hijos y es frecuente que estos traficantes se hagan acompañar de mujeres con el fin de no generar sospechas al ser vistos con tantos jovencitos.

Mientras, los medios masivos de comunicación están inundados de noticias que relatan la tragedia de los niños detenidos en “albergues” de emergencia establecidos por el Departamento de Seguridad Interna de los Estados Unidos, cuyo gobierno está finalmente dialogando con los gobiernos de la región para buscar soluciones conjuntas que atiendan la “crisis humanitaria” generada por “el incremento exponencial de niños no acompañados ingresando masivamente a su país”, aunque el énfasis de las conversaciones, parece enfocarse, como siempre, en medidas de contención dirigidas hacia lo incontenible: el afán de sobrevivencia humana.

Los niños no acompañados detenidos por la autoridad migratoria desde el 1 de octubre del 2013 al 31 de mayo de este año, de acuerdo con el Centro de Investigación Pew, suman cerca de 50 mil menores de los cuales el 25% son mexicanos, otro 25%, guatemaltecos, 29% hondureños y 21% de El Salvador.

Los menores detenidos por agentes de la patrulla fronteriza son sometidos a un proceso de revisión de su caso particular, y entregados a un miembro de su familia en Estados Unidos para que los cuide mientras su caso circula por la corte de inmigración. Si la familia no puede ser localizada, los niños son asignados para su cuidado al Departamento de Salud y Servicios Humanos. Mientras esto ocurre, son detenidos en albergues temporales bajo la custodia del Departamento de Seguridad Interna. Sin embargo las contundentes declaraciones del Presidente Obama notifican fríamente que “Todos serán deportados”.

Efectivamente, aun antes de la declaración de Obama, miles de menores han sido deportados, violando con ello el principio universal de “proteger el interés superior del niño”, ya que los reintegran a situaciones de las cuales huyeron y que tienen que ver con numerosos casos de violencia doméstica o con la inminente amenaza de muerte cuando vuelven a los mismos lugares de los que salieron amenazados por no haber aceptado unirse a las

maras locales que forzosamente los reclutan a sus filas. En entrevistas directas, jóvenes migrantes han informado que las pandillas vigilan los puertos de entrada para detectar a los deportados con quienes tienen pendiente ajustes de cuentas y a quienes les exigen que paguen “el impuesto de guerra” atrasado por el tiempo que se ausentaron, en otras entrevistas han referido que algunos de sus compañeros han sido asesinados luego de ser deportados.

No se habla tanto de las mujeres que viajan con sus hijos y se entregan a la autoridad migratoria buscando asilo, y que son quienes más presencia tienen en los albergues de la ruta migratoria en México. Al entregarse, son detenidas en tanto se revisa su caso y se determina el otorgamiento o no de un permiso de residencia. La estrategia utilizada por el Servicio de Inmigración y Aduanas de los Estados Unidos, cuyas instalaciones de detención están sobresaturadas y sus cortes de migración con enormes listas de espera, ha optado por liberarlas para que vayan a esperar su cita con sus familias o amigos residentes. Les entregan un documento migratorio para que puedan quedarse en tanto son llamadas a corte. Activistas de los derechos humanos especialmente en el sur de Texas, nos reportan que las centrales del Greyhound en la zona están repletas de madres y niños que esperan a que sus familias les envíen dinero para poder viajar a reunirse con ellos, en condiciones muy precarias, sin alimentos, cambios de ropa, enseres de higiene, etc. Muchas no acudirán a sus citas ante el juez de migración por temor a que sus casos sean desechados y se perderán entre la población indocumentada.

Así, la expectativa de poder ingresar a los Estados Unidos aunque sea temporalmente, alimenta su esperanza aunque, según numerosos testimonios en la ruta, la decisión de salir de su país no está determinada por rumores acerca de posibilidades de ingreso o permanencia en los Estados Unidos, pesa más la situación de violencia estructural extrema que padecen en sus ciudades y particularmente en las zonas rurales donde adolecen de posibilidades para sobrevivir.

Los testimonios anteriores son solo la punta del témpano de un fenómeno que ha adquirido dimensiones de crisis incontenible, producto de la violencia estructural que en todos los países de la región se ejerce sobre las poblaciones pobres y

vulnerables: La actual crisis humanitaria es producto de la mezcla letal de las políticas de inmigración de los Estados Unidos, el endurecimiento de la vigilancia fronteriza, la militarización, y los modelos económicos regionales que han desplazado a los pequeños productores agrícolas y a los trabajadores urbanos, modelos y políticas económicas que finalmente son insostenibles por la pobreza, la desigualdad y la violencia que han generado en la región entera, desarticulando las estructuras gubernamentales y empujando al límite la gobernabilidad de los pueblos.

Por todo lo anterior y más, es imperativo que, bajo el principio de responsabilidad compartida, los gobiernos regionales y la Organización de las Naciones Unidas con su agencia especializada la ACNUR, tomen medidas de emergencia extrema para solucionar la trágica y vergonzosa encrucijada en la que se encuentran las víctimas de la migración forzada, quienes no pueden quedarse y no tienen a dónde ir: son expulsados por la pobreza y la inminente amenaza de muerte si se quedan en el país de origen, son extorsionados por el crimen organizado y autoridades corruptas, secuestrados y ejecutados en el país de tránsito, y son detenidos y, en estado de indefensión, deportados si logran llegar al país de destino.

Dada la situación de extrema violencia por la cual miles de familias son objeto de desplazamientos forzados de sus lugares de origen, es de la mayor urgencia que se apliquen los protocolos internacionales que definan la situación como una crisis de la mayor envergadura y se declare a esta población en movimiento como una población de víctimas de violencia extrema y por ende REFUGIADOS, objeto de protección internacional.

La ACNUR, define en su portal: “Los refugiados tienen que moverse si quieren salvar sus vidas o su libertad. Ellos no tienen la protección de su propio Estado -de hecho, es a menudo su propio gobierno que está amenazando con perseguirlos. Si otros países no les brindan la protección necesaria, y no les ayudan una vez dentro, entonces pueden estar condenándolos a muerte- o a una vida insoportable en las sombras, sin sustento y sin derechos”.

Fonte: <http://www.cipamericas.org/es/archives/12415> - 25.06.2014

Familias desplazadas piden justicia y condiciones para retornar a su tierra

Por: Natasha Pitts

Hace casi tres años, familias de Banavil, en el municipio de Tenejapa, en Chiapas, México, fueron expulsadas de sus tierras en virtud de amenazas, violencia y agresiones. Hasta hoy, esta población sigue pidiendo justicia, el cumplimiento de sus derechos humanos y garantías individuales contempladas en la Constitución Política mexicana, y sobre todo, la entrega del cuerpo del señor Alonso López Luna.

En carta enviada al presidente Enrique Peña Nieto y al gobernador Manuel Velasco Coello -firmada por Lorenzo López Girón y Miguel López Girón, representantes de los desplazados de Banavil- los hermanos denuncian que el 4 de diciembre de 2011, cuatro familias simpatizantes del Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) fueron agredidas por militantes del Partido Revolucionario Institucional (PRI), que saquearon las casas y dejaron un rastro de violencia y terror.

El ataque dejó seis personas heridas, provocó dos detenciones ilegales, la muerte de Pedro Méndez López, la desaparición de Alonso López Luna y el desplazamiento forzado de las cuatro familias, castigadas por ser simpatizantes del zapatismo.

"Nos preguntamos ¿Dónde está el Estado de Derecho? Que supuestamente esta para impartir justicia, a los tres niveles de gobierno, para él, la justicia es dejar libre a los asesinos y encarcelar a los inocentes. Somos desplazados porque nos sacaron de nuestra tierra con balas, salimos para poder seguir viviendo, dejamos todas nuestras

cosas, no tenemos tierra, no tenemos casa, (...) no hay salud, y no hay Justicia, hasta el momento hemos perdido todo lo que era nuestro", denunciaron en un comunicado público los desplazados de Banavil.

Las familias desplazadas acusan a los gobiernos estadual y federal, al fiscal especializado en Justicia Indígena, Cristóbal Hernández López, y al juez propietario, Alonso Méndez Gúzman, de total inacción y complicidad con los agresores. Ante esto, exigen la entrega del cuerpo de Alonso López Luna; la ejecución de 10 órdenes de aprehensión pendientes; la investigación y castigo de los responsables directos de las agresiones; el retorno de todas las familias desplazadas de manera forzosa; la reparación integral de los daños por el saqueo de sus casas; y la cancelación de las órdenes de detención contra Pedro y Antonio López Girón.

De acuerdo con informaciones del Centro de Derechos Humanos Fray Bartolomé de las Casas (Frayba), actualmente las familias expulsadas de sus tierras (cinco mujeres, dos hombres, seis niñas y un niño) están viviendo en condiciones inhumanas, insalubres, sin acceso al agua potable y atención médica. Siendo necesario iniciar, de inmediato, una negociación para que puedan volver a sus casas con la garantía de no repetición de los hechos.

Fonte: <http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=ES&cod=82034> - 19.08.2014

ITALIANO

Profughi. Il Papa: "Non rincorrere emergenze, è un fenomeno epocale"

Bergoglio agli ambasciatori: "Le migrazioni forzate minacciano la pace e sono una tragedia umana. Cinico parlare di diritti umani e non farsi carico di questi uomini e donne"

Roma - Le "migrazioni forzate" sono una "sfida alla pace che è sotto i nostri occhi, e che purtroppo assume in certe regioni e in certi momenti il carattere di vera e propria tragedia umana".

Lo ha detto Papa Francesco stamattina, ricevendo in Vaticano gli ambasciatori di Svizzera, Liberia, Etiopia, Sudan, Giamaica, Sud Africa e India per la presentazione delle Lettere Credenziali.

"Si tratta - ha spiegato Bergoglio - di un fenomeno molto complesso, e occorre riconoscere che sono

in atto sforzi notevoli da parte delle Organizzazioni internazionali, degli Stati, delle forze sociali, come pure delle comunità religiose e del volontariato, per cercare di rispondere in modo civile e organizzato agli aspetti più critici, alle emergenze, alle situazioni di maggiore bisogno. Ma, anche qui, ci rendiamo conto che non ci si può limitare a rincorrere le emergenze".

Ora che il fenomeno "si è manifestato in tutta la sua ampiezza e nel suo carattere, per così dire, epocale" il Papa chiede di "affrontarlo con uno

sguardo politico serio e responsabile, che coinvolga tutti i livelli: globale, continentale, di macro-regioni, di rapporti tra Nazioni, fino al livello nazionale e locale”.

“Noi – ha aggiunto - possiamo osservare in questo campo esperienze tra loro opposte. Da una parte, storie stupende di umanità, di incontro, di accoglienza; persone e famiglie che sono riuscite ad uscire da realtà disumane e hanno ritrovato la dignità, la libertà, la sicurezza. Dall'altra parte, purtroppo, ci sono storie che ci fanno piangere e vergognare: esseri umani, nostri fratelli e sorelle, figli di Dio che, spinti anch'essi dalla volontà di

vivere e lavorare in pace, affrontano viaggi massacranti e subiscono ricatti, torture, soprusi di ogni genere, per finire a volte a morire nel deserto o in fondo al mare”.

“Sarebbe un atteggiamento in un certo senso cinico – ha concluso Papa Francesco - proclamare i diritti umani e, contemporaneamente, ignorare o non farsi carico di uomini e donne che, costretti a lasciare la loro terra, muoiono nel tentativo o non sono accolti dalla solidarietà internazionale”.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/2794-profughi-il-papa-non-rincorrere-emergenze-e-un-fenomeno-epocale> - 15.05.2014

Rifugiati, non oggetti di assistenza, ma soggetti di diritto

Andrea Gagliarducci

Un anno dopo la visita di Papa Francesco a Lampedusa, mentre un'altra tragedia del mare si è consumata nel Mediterraneo, la Santa Sede ha fatto sentire ancora una volta la sua voce in favore dei rifugiati, chiedendo anche una “strategia comune europea”, perché “le nazioni di primo arrivo possano non essere forzate a portare l'intero peso (dell'accoglienza) tutte sole”. Lo ha fatto per bocca di Silvano Maria Tomasi, osservatore permanente della Santa Sede presso l'ufficio ONU di Ginevra, che ha preso parte lo scorso 1 luglio alla 60esima sessione dello ‘standing committee’ dell'Alto Commissariato ONU per i rifugiati.

E che questa sia la linea assunta dalla Santa Sede lo dimostrano anche le parole del cardinale Antonio Maria Vegliò, presidente del Pontificio Consiglio dei Migranti, che ha detto Messa a Lampedusa ad un anno dalla visita di Papa Francesco, e ha chiesto tra le varie cose di “creare un mondo più giusto e umano”. I mezzi per creare questo mondo più giusto e umano sono discussi, a livello diplomatico, proprio dai nunzi pontifici sparsi in tutto il mondo. E i principi da considerare sono quelli che il nunzio Tomasi ha snocciolato nel suo breve intervento.

Un intervento che prende le mosse da una cifra: sono oltre 50 milioni le persone che, dalla Seconda Guerra Mondiale, sono stati costretti a lasciare le loro case. E le “cause di questa tragedia sono diventate troppo familiari: persecuzioni, violazione di diritti umani, conflitti armati, estrema povertà che mette a rischio la vita”, senza considerare poi anche quelli che sono stati costretti a lasciare casa “a causa di disastri naturali e situazioni di sviluppo su larga scala”.

Richiamando le parole del primo Alto Commissario ONU per i Rifugiati, Gerrit Jan van Heuven

Goedhar (il quale sottolineava che si tratta di “trovare un piccolo posto, che non sia solo un tetto sulla testa di una persona, non solo un posto in cui vivere”), Tomasi sottolinea che “siamo tutti sfidati ad assicurare a tutte le persone sradicate di poter ritrovare almeno un minimo di libertà e dignità”.

Perché – dice Tomasi con forza – “i rifugiati e i profughi sono soggetti di diritti e doveri come tutti gli esseri umani, e non meramente gli oggetti di assistenza. Meritano protezione, che dovrebbe tradurre in concrete azioni i valori e i principi di rispetto dei diritti umani e della dignità”.

A livello di diritto internazionale, c'è stata “una più ampia interpretazione del concetto di rifugiato”, a causa di situazioni politiche e umanitarie, e l'Alto Commissariato – lo elogia Tomasi – ha promosso questo processo, e anzi dovrebbe riprendere “le azioni del passato” di far valere i suoi “buoni uffici”, magari anche “rafforzarle” oggi, perché “la protezione delle persone dovrebbe precedere le sproporzionate preoccupazioni riguardo la sicurezza dello Stato” e “l'ospitalità non dovrebbe essere limitata alla sola sfera privata”.

Anzi – dice Tomasi – l'ospitalità “deve diventare parte e percentuale del mondo della politica e così fare una differenza a livelli globali e nazioni”. “La condivisione del peso e la solidarietà si estendono per avere politiche di confine più sensibili e un accesso più facile alle procedure di richiesta di asilo”. In più, “accrescere in maniera sostanziale le possibilità di reinsediamento possono grandemente anticipare il raggiungimento di soluzioni durevoli”.

E queste soluzioni sono rappresentate appunto da una “comune strategia europea”, la quale richiede un “accordo strategico che distribuisca i rifugiati tra tutte le nazioni dell'Unione Europea, tenendo conto

criteri come la situazione economica della nazione, la sua grandezza e popolazione, e i talenti e le preferenze della gente coinvolta”.

Ma per fare questo ci vuole un lavoro di educazione e sensibilizzazione dell'opinione pubblica “riguardo le nostre comune responsabilità sulle cause di conflitto e sulla ricerca per soluzioni pacifiche e di coesistenza”. Sottolinea Tomasi che “le comunità di fede, che sono presenti ovunque, propongono un messaggio condiviso di compassione e solidarietà. Sono particolarmente attente ad accompagnare le persone nei loro

percorsi verso la sicurezza e possono offrire un contributo unico, tale che la migrazione forza sia vista in una più piena prospettiva di conseguenze individuali, sociali e comunitarie”.

È la richiesta della costruzione di un mondo più giusto, più equo, di cui in fondo è permeata la Dottrina Sociale della Chiesa. “Resta urgente, nel mondo di oggi, la necessità di un impegno rinnovato per implementare le buone soluzioni raggiunte”, conclude Tomasi.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/2796-rifugiati-non-oggetti-di-assistenza-ma-soggetti-di-diritto> - 07.07.2014

Papa Francesco: Tema Giornata della Pace "Non più schiavi, ma fratelli"

“Non più schiavi, ma fratelli”: è questo il tema scelto da Papa Francesco per la 48.ma Giornata Mondiale della Pace, che sarà celebrata il primo gennaio 2015. Il Pontificio Consiglio della Giustizia e della Pace illustra il tema con il seguente comunicato: “Spesso si crede che la schiavitù sia un fatto del passato. Invece, questa piaga sociale è fortemente presente anche nel mondo attuale. Il Messaggio per il 1° gennaio 2014 era dedicato alla fraternità: ‘Fraternità, fondamento e via per la pace’. L’essere tutti figli di Dio rende, infatti, gli esseri umani fratelli e sorelle con eguale dignità. La schiavitù colpisce a morte tale fraternità universale e, quindi, la pace. La pace, infatti, c’è quando l’essere umano riconosce nell’altro un fratello che ha pari dignità. Nel mondo, molteplici sono gli abominevoli volti della schiavitù: il traffico di esseri umani, la tratta dei migranti e della prostituzione, il lavoro-schiavo, lo sfruttamento dell’uomo sull’uomo, la mentalità schiavista nei confronti delle donne e dei bambini. E su questa schiavitù speculano vergognosamente individui e gruppi, approfittando dei tanti conflitti in atto nel mondo, del contesto di crisi economica e della corruzione. La schiavitù è una terribile ferita aperta nel corpo della

società contemporanea, è una piaga gravissima nella carne di Cristo! Per contrastarla efficacemente occorre innanzitutto riconoscere l’inviolabile dignità di ogni persona umana, e inoltre tenere fermo il riferimento alla fraternità, che richiede il superamento della diseguaglianza, in base alla quale un uomo può rendere schiavo un altro uomo, e il conseguente impegno di prossimità e gratuità per un cammino di liberazione e inclusione per tutti. L’obiettivo è la costruzione di una civiltà fondata sulla pari dignità di tutti gli esseri umani, senza discriminazione alcuna. Per questo, occorre anche l’impegno dell’informazione, dell’educazione, della cultura per una società rinnovata e improntata alla libertà, alla giustizia e, quindi, alla pace. La Giornata Mondiale della Pace è stata voluta da Paolo VI e viene celebrata ogni anno il primo di gennaio. Il Messaggio del Papa viene inviato alle cancellerie di tutto il mondo e segna anche la linea diplomatica della Santa Sede per l’anno che si apre”.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/2753-papa-francesco-tema-giornata-della-pace-non-piu-schiavi-ma-fratelli> - 21.08.2014

Immigrazione: richiedere asilo? E’ una questione di fortuna

di Francesco Piobbichi

Nel mondo della globalizzazione non sono solo le condizioni delle carceri a dirci qual è il livello di democrazia di un paese ma anche le sue frontiere. E le frontiere dell’Europa sono un parametro interessante per capire cosa stia diventando e diventerà questo continente. Alcune settimane fa, mi ha colpito molto una notizia dell’Ansa che così descriveva la situazione di Melilla, enclave

spagnola della fortezza Europa, in Marocco: “Spagna: 200 immigrati respinti a Melilla, ‘lame’ funzionano”. Le lame di cui si parla nell’articolo sono quelle del filo spinato utilizzate dagli eserciti della Nato ed hanno la straordinaria capacità di tagliare la pelle umana come rasoi. Chi ha messo queste “lame” è un Governo democratico che vuol difendere i propri confini da un “esercito” senza

armi, composto in gran parte da profughi e richiedenti asilo.

Pensavo a questo paradosso mentre leggevo delle solite schermaglie tra il ministro Alfano e la commissaria dell'Unione europea Cecilia Malmstrom sul ruolo dell'Europa, sul destino di Mare Nostrum e di Frontex. Una discussione, questa, viziata da un errore di fondo che inquina l'intero dibattito. Prima ancora di questionare sulle varie missioni e sulle "problematiche legate all'immigrazione", infatti, andrebbe aperta la discussione su una domanda fondamentale che questi flussi migratori determinano: l'Europa sempre impegnata a rispettare i diritti umani ritiene di poter rispettare principi e leggi solo in rapporto alle contingenze internazionali? E' vero, questa umanità in viaggio porta con sé un problema, una domanda che investe un intero continente che aveva basato le sue politiche migratorie solo rispetto alla dimensione economica legando la cittadinanza al lavoro. E' vero l'Europa non aveva riflettuto a sufficienza sulla questione dei rifugiati e richiedenti asilo.

Se è così, però, la discussione non è se fare o meno salvataggi in mare, ma come evitare che queste persone debbano rischiare la vita per vedersi riconosciuto il diritto d'asilo. Chi oggi decide di richiedere asilo in Europa non fa la propria domanda ad una commissione da raggiungere

Eco-profughi, il dramma dei popoli in fuga

Gianluca Schinaia

Sono in fuga, nel 2050 saranno 250 milioni: non scappano da guerre e persecuzioni, non cercano solo una condizione migliore. Sono i profughi climatici, persone in movimento che non possono più vivere nel territorio in cui sono nate e cresciute. Perché è stato inondato oppure è diventato un deserto.

O perché, più semplicemente e letteralmente, non esiste più. «Le piogge sono state molto intense. Molto intense. Non c'è paragone con nulla visto prima. Prima le piogge cadevano per due mesi l'anno, fino a 30 centimetri. Adesso piove per quasi sei mesi e l'acqua raggiunge anche i 2 metri. Noi non vogliamo lasciare la nostra terra. Qui si sono il nostro passato, i nostri ricordi, i nostri avi. Non vogliamo affollare le città, dove diventeremmo delinquenti. Dove finiremmo con l'essere poveri». Sono le parole di Octavio Rodriguez, che vive a Las Caracuchas, in Colombia, oggi diventato un

facilmente in una ambasciata in Medio Oriente o in un campo profughi come vorrebbero le convenzioni e il buon senso. Prima di tutto deve passare la "lotteria" delle onde del mare, il "filtro" dei deserti, le lame del filo spinato. Per un profugo siriano che fugge dalle persecuzioni religiose non c'è nessun corridoio umanitario, nessun percorso protetto, solo organizzazioni criminali che lucrano sulla sua disgrazia di dover abbandonare il paese nel quale è nato e vissuto.

Così un diritto universale come quello di poter richiedere asilo, riconosciuto a tutti gli esseri umani nella convenzione di Ginevra, diventa una variabile legata alla fortuna, un problema su cui i governi giocano allo scaricabarile, un problema di risorse economiche in un continente che ha concesso trilioni di euro pubblici per salvare gli istituti finanziari.

E' evidente allora che l'esito di questa discussione sul fenomeno migratorio che investe l'Europa e le sue frontiere, legato al presente di un mondo globalizzato dove riaffiorano dal profondo della storia guerre e persecuzioni, è un test per capire cosa accadrà all'umanità stessa nel prossimo futuro.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/2763-immigrazione-richiedere-asilo-e-una-questione-di-fortuna> - 22.08.2014

villaggio troppo inospitale, perfino per chi da generazioni lo chiama "casa".

Non tutti scelgono di emigrare. Lasciare abitazione e famiglia, forse per sempre, con la speranza di raggiungere un luogo lontano per migliorare la propria condizione è un'alternativa solo per alcuni migranti. Per altri, partire è una spinta dettata dal puro spirito di sopravvivenza: significa scappare. È il caso, oggi, dei profughi climatici, figli del nostro tempo, di cui ancora si sa poco. Eppure, entro il 2050 vi saranno nel mondo 250 milioni di "rifugiati ambientali": ogni anno cresceranno mediamente di 6 milioni. Un numero già oggi più alto degli esuli di guerra. Sono definiti "profughi climatici" o "eco-profughi". Ma per loro non esiste uno status giuridico riconosciuto come, ad esempio, per coloro che scappano da conflitti e persecuzioni: le uniche eccezioni sono Svezia e Finlandia, che definiscono questi individui "migranti ambientali" e perciò dotati di specifici diritti. Ma l'Unione europea e i Paesi aderenti non danno né riconoscimento giuridico ai

profughi climatici né tanto meno attuano politiche specifiche per affrontare questi spostamenti di massa.

Finalmente il 31 marzo scorso, con la pubblicazione del quinto Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), il documento più rilevante a livello mondiale relativo al riscaldamento globale, «si è cominciato a riconoscere la realtà dei migranti ambientali», spiega Tiziana Finelli, una delle autrici (insieme ad Elena Peruzzi e Maurizio Gubbiotti) del dossier di Legambiente "Profughi ambientali: cambiamento climatico e migrazioni forzate", uno degli studi italiani più accurati sul tema. Secondo Legambiente, «in Italia non ci sono luoghi in cui il cambiamento climatico abbia prodotto effetti così rilevanti da spingere all'emigrazione». D'altra parte, il livello del Mar Mediterraneo si è alzato di 20 centimetri durante il XX secolo, lo farà di altri 30 entro il 2100: un'altezza ragguardevole e preoccupante. Ma adesso i problemi più urgenti sono altri. «Da noi – prosegue Finelli – esistono fenomeni di desertificazione, di innalzamento del livello del mare, di erosione costiera, e sono in aumento le situazioni di dissesto idrogeologico legate alla violenza delle piogge», le stesse piogge della storia di Octavio.

La sua è una delle testimonianze raccolte dall'ong Uk Climate Change and Migration Coalition circa i cosiddetti rifugiati interni. Persone costrette ad abbandonare il proprio territorio d'origine pur rimanendo nella stessa nazione. Oltre 5 milioni in Colombia a inizio 2012: il doppio dell'Iraq e del Sudan, zone di conflitti. Invece i colombiani si spostano soprattutto a causa degli effetti del clima, così come i boliviani per la fine di un ecosistema. Negli ultimi vent'anni, lo scioglimento dei ghiacciai in Patagonia ha contribuito del 2% alla crescita del livello mondiale dei mari. Dietro a questo effetto globale, c'è anche la dissoluzione di piccole comunità, come quella di Lucia Quispe di Khapi in Bolivia: «Sono molto preoccupata. La neve e il ghiaccio scompaiono giorno dopo giorno, anno dopo anno. Il Sole è più forte e non nevica più come un tempo. Senza acqua, come potremmo irrigare i nostri campi?».

Migrare verso un nuovo Stato, magari diversissimo da quello d'origine. È il caso anche di coloro che abitano i Paesi costieri o le isole, esposti all'innalzamento dei mari. È il minaccioso destino degli abitanti di Kiribati, formato da tre arcipelaghi e parte della Micronesia. Potrebbe essere la prima nazione a scomparire per effetto dei cambiamenti climatici. Kiribati si estende su 717 chilometri quadrati e la popolazione di circa centomila

persone vive prevalentemente nella capitale nell'isola di Tarawa. Gli abitanti le hanno provate tutte: realizzare isole artificiali, ripascimento costiero... Alla fine il presidente Anote Tong ha avviato le pratiche per acquistare cinquemila acri nelle vicine Fiji e sta formando a livello professionale i suoi concittadini per trasformarli in migranti benvenuti nei Paesi d'arrivo. Sono sempre sono i piccoli a pagare i danni dei potenti.

Come ha dichiarato l'ex segretario generale Onu Kofi Annan: «I Paesi più vulnerabili hanno meno capacità di proteggersi. Sono anche quelli che meno contribuiscono alle emissioni globali di gas serra». Per considerare solo alcuni degli effetti concreti del surriscaldamento globale, in Nord America cominciano a registrarsi ondate di calore impressionanti nelle grandi città; in America Latina si pensa alla scomparsa della foresta amazzonica; in Europa le inondazioni, le tempeste e le erosioni da alluvioni attentano alla biodiversità e alla produzione del grano. Lo spettro della mancanza d'acqua aleggerà poi in Australia e Nuova Zelanda, nel Nord Africa e nel Sahel, insieme con la siccità e al degrado dei suoli: una stima pessimistica parla della perdita del 75% di aree coltivabili in queste zone africane.

E in Asia meridionale l'innalzamento del livello del mare colpirà il 40% delle aree abitate. Problema che tocca principalmente il Bangladesh, come spiega Rafael Reuveny, professore americano dell'Indiana University, in un reportage dell'«International New York Times» pubblicato qualche giorno fa: «Ci sono molti posti a rischio nel mondo a causa dell'innalzamento dei mari, ma il Bangladesh è in cima alla lista più sensibile». Non si tratta solo della sopravvivenza di 160 milioni di individui, ma anche di equilibri geo-politici sensibili, vista la vicinanza dell'India. Le migrazioni climatiche sono infatti potenziali micce di polveriere.

Come ha dichiarato nel 2011 Ban Ki-Moon, attuale segretario generale delle Nazioni Unite, «il cambiamento climatico è una "miscela diabolica" che potrebbe creare pericolosi vuoti di sicurezza (...) una minaccia alla pace e alla sicurezza internazionale». Inoltre, il depauperamento dei terreni spinge chi vive in campagna a spostarsi in città: un vero esodo, a livello globale. «È nelle città che si hanno le opportunità migliori – spiega Alessandro Rosina, docente di Demografia all'Università Cattolica di Milano –. Il problema è che non tutti ce la fanno e si rischia di finire ai margini: così nascono le bidonville. Lì le condizioni di disagio possono essere peggiori delle campagne: gli aspetti igienici, la denutrizione, le

realtà micro criminali, l'assenza di una comunità di supporto che c'era nei villaggi». Effetti diversi di un impatto ambientale ormai evidente, su cui è ora di porre seria attenzione. Le istituzioni internazionali hanno inquadrato il fenomeno delle migrazioni

climatiche: adesso per loro è il momento di agire. Non c'è da temere il futuro, ma solo l'incoscienza dei segnali che ci arrivano dal presente.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/2795-eco-profughi-il-dramma-dei-popoli-in-fuga> - 01.09.2014

La fine di Mare Nostrum: una sconfitta per il diritto d'asilo

Il commento del Centro Astalli sulla nascita di Frontex Plus

Il Centro Astalli esprime seria preoccupazione alla luce delle conclusioni del vertice tra il Ministro Alfano e la Commissaria UE Malmstroem relativo agli interventi di ricerca e salvataggio dei migranti nel Mediterraneo.

Il Centro Astalli, insieme all'Unhcr e ai principali enti di tutela, nelle ultime settimane, ha più volte auspicato che l'operazione Mare Nostrum divenisse un'operazione europea per consentire un intervento più efficace di salvataggio dei migranti forzati.

Purtroppo al momento l'unico elemento di certezza che si evince a conclusione del vertice europeo è che "Frontex Plus" è solo una mera possibilità la cui realizzazione dipenderà molto dall'impegno e dalla volontà dei singoli Stati europei.

Inoltre l'azione di soccorso di Frontex Plus si limiterebbe a interventi di pattugliamento e soccorso all'interno delle acque territoriali europee (fino a 12 miglia dalla costa), non spingendosi più nelle acque internazionali, come ha fatto Mare

Nostrum, operando fino a 170 miglia dalle coste italiane.

Viene di fatto cancellata la vera portata di novità rappresentata in questi mesi dall'operazione Mare Nostrum, grazie alla quale migliaia di persone sono state tratte in salvo ed è stato possibile garantire l'esercizio del diritto d'asilo a uomini e donne in fuga da guerre e persecuzioni altrimenti destinati a morire nel Mediterraneo.

P. Giovanni La Manna, presidente Centro Astalli, commenta così l'incontro di Bruxelles: "L'Europa non risolverà mai il problema di mettere in sicurezza le persone, se non risponderà in maniera efficace e strutturale alla domanda: una persona che oggi scappa dall'Iraq, dalla Somalia, dall'Eritrea, dalla Siria come fa ad arrivare in maniera legale in Europa per chiedere asilo? Ad oggi i governi nazionali europei hanno più volte dimostrato di non voler dare una risposta, ignorando semplicemente la questione".

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/2797-la-fine-di-mare-nostrum-una-sconfitta-per-il-diritto-d-asilo> - 01.09.2014

Títulos da Resenha Migrações na Atualidade

1. BRASIGUAIOS
2. EMIGRAR - Opção ou necessidade
3. OS EXPULSOS DA TERRA
4. MIGRAÇÕES E TRABALHO
5. LEIS E MIGRAÇÃO
6. MIGRAÇÕES NORDESTINAS
7. JOVENS MIGRANTES
8. MIGRAÇÕES INTERNAS: Aspectos vários
9. DESEMPREGO
10. VÍTIMAS DO RACISMO
11. MORADIA: Direito de todos
12. FAVELAS: Migração da dignidade humana
13. FOME E MISÉRIA
14. LATINO - AMERICANOS EM MIGRAÇÃO
15. A FAMÍLIA
16. TRABALHO ESCRAVO
17. SOS: Pequenos sem lar
18. REFUGIADOS
19. EXCLUÍDOS - Um clamor à justiça e a solidariedade
20. MULHER MIGRANTE - Solidariedade e acolhida
21. SEM – TERRAS
22. DIREITOS HUMANOS - Violação e defesa
23. TERRA E MIGRAÇÃO
24. MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR
25. CRIANÇAS, ADOLESCENTES E TRABALHO
26. CF /97 e AS MIGRAÇÕES
27. MIGRANTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO
28. VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES.
29. PELA DIGNIDADE DO MIGRANTE
30. DESEMPREGO EM ALTA
31. EDUCAR É PRECISO
32. SECA AUMENTA O VAIVÉM DE MIGRANTES
33. ANISTIA A ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL
34. SEM TRABALHO... por quê?
35. DESAFIOS DA MIGRAÇÃO frente ao novo milênio
36. O MIGRANTE É VÍTIMA!
37. REFUGIADOS: desafio à solidariedade
38. DIGNIDADE HUMANA E PAZ - CF/2000
39. XENOFOBIA
40. TRÁFICO HUMANO - a escravidão moderna
41. CRIANÇAS E ADOLESCENTES na armadilha da globalização
42. DROGAS, uma ameaça à VIDA.
43. MULHERES: Protagonistas ou excluídas?
44. MIGRANTES e Conflitos armados
45. RETRATO SOCIAL dos MIGRANTES.
46. POVOS INDÍGENAS, resgate de uma civilização.
47. ALIMENTAÇÃO é um direito humano. Por que tanta fome?
48. IMIGRANTE: rejeitado, mas indispensável!
49. ÁGUA: fonte de segurança alimentar.
50. PESSOAS IDOSAS: dignidade e esperança.
51. A MERCANTILIZAÇÃO DO SER HUMANO
52. EMIGRAÇÃO: As lutas de brasileiros e brasileiras no exterior.
53. DISCRIMINAÇÕES: o ser humano ferido.
54. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: rumos e desafios.
55. MIGRAÇÕES: culturas e integração.
56. REFUGIADOS: novos desafios na conjuntura atual.
57. TRÁFICO DE SERES HUMANOS: negação da dignidade.
58. MIGRAÇÕES: leis insuficientes e políticas migratórias discriminatórias.
59. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.
60. XENOFOBIA: o migrante como ameaça. Por quê?
61. RELIGIÕES: força e fragilidade dos migrantes
62. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: novos fluxos e políticas seletivas
63. POBREZA produz migração. Migração contrasta a pobreza?
64. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INTEGRAÇÃO
65. POVOS EM FUGA: os/as deslocados/as
66. CRIMINALIZAÇÃO DOS MIGRANTES E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: desafios
67. MIGRAÇÕES E TRABALHO: valorizar a contribuição e erradicar a exploração
68. MIGRAÇÕES E CULTURA: como superar a discriminação?
69. MIGRAÇÕES E REFÚGIO: a ambigüidade das estratégias de proteção
70. LEIS E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: direito a ter direitos
71. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: qual o papel das remessas?
72. O PAPEL PROFÉTICO DAS RELIGIÕES junto aos migrantes
73. TRÁFICO DE PESSOAS: quais são as estratégias de combate?
74. CIDADE: lugar de encontro ou exclusão?
75. SER MIGRANTE EM TEMPOS DE CRISE
76. ENTRE ASSIMILAÇÃO e INTEGRAÇÃO
77. MUDANÇAS CLIMÁTICAS e REFUGIADOS AMBIENTAIS
78. AS MIGRAÇÕES GERAM VIOLÊNCIA OU REAÇÕES VIOLENTAS?
79. TRABALHADORES MIGRANTES: indispensáveis, mas sem direitos
80. XENOFOBIA: a nova face da exclusão
81. MULHERES REFUGIADAS
82. RELIGIÃO: fator de integração dos migrantes?
83. Os rumos do TRÁFICO DE SERES HUMANOS
84. MIGRAÇÃO DE RETORNO e crise: sonho frustrado?
85. Os desafios da MIGRAÇÃO FEMININA
86. As RELIGIÕES diante dos desafios das MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS
87. TRÁFICO DE PESSOAS: é possível combater?
88. Novos FLUXOS MIGRATÓRIOS: uma nova questão social
89. MULHERES MIGRANTES: protagonismo e vulnerabilidades
90. A RELIGIÃO como meio de assistência, integração e emancipação dos migrantes.
91. TRÁFICO DE PESSOAS: entre o discurso e a realidade.
92. A "Globalização da indiferença" e a CRIMINALIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES
93. As MULHERES no contexto das políticas migratórias
94. As RELIGIÕES a serviço da dignidade dos migrantes
95. TRÁFICO DE PESSOAS: O ser humano está à venda?
96. Por uma compreensão mais ampla das MIGRAÇÕES FORÇADAS